

Abuso do poder político na eleição

# TSE pune Bolsonaro por crime e o deixa inelegível por 8 anos

**HORA DO POVO**  
ANO XXXIII - Nº 3.912 5 a 11 de Julho de 2023



## Tribunal apontou uso da máquina, ataques à democracia e mentiras

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro e o tornou inelegível por abuso de poder político em reunião com embaixadores estrangeiros, em julho de 2022, quando mentiu sobre o processo eleitoral brasileiro e usou meios de comunicações públicos para se autopromover eleitoralmente. A Corte avaliou que a reunião, transmitida ao vivo na TV Brasil e nas redes sociais, foi parte da estratégia de campanha de Bolsonaro, que buscou se vitimizar e desacreditar as urnas eletrônicas para conseguir vantagem eleitoral. **Pág. 3**



## Lula: "Esse cidadão que está no BC não entende nada de Brasil"

Fábio Rodrigues Pozzebom - ABR

### Alemanha fica sem dinheiro para UE após torrar na guerra de Zelensky

De acordo com o ministro das Finanças, Christian Lindner (foto), bilhões de euros em apoio militar, econômico e financeiro direto para Ucrânia esgotaram completamente o orçamento alemão. Por causa dos "gastos não planejados" na Ucrânia, a UE está ficando sem dinheiro, segundo a presidente da Comissão Europeia, Ursula Leyen. **Pág. 7**



## Safra: Governo destina R\$ 71 bi para a agricultura familiar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na quarta-feira (28), em Brasília, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024, com R\$ 71,6 bilhões destinados ao crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O valor é 34% superior ao anunciado na safra passada e o maior da série histórica. "Espero que agora a Conab, na mão da pequena e média agricultura, possa cuidar do estoque regulador de verdade para que a gente possa fazer com que não falte mais alimento neste país e que o preço não aumente de forma exorbitante", afirmou Lula. O anúncio foi feito no dia seguinte ao lançamento do Plano Safra 2023/2024 com R\$ 364,22 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial. **Página 2**

O presidente Lula (PT) voltou a fazer duras críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nesta quinta-feira (29), durante entrevista à Rádio Gaúcha. Ele afirmou que o presidente do Banco Central "não entende absolutamente nada de país", já que mantém a Selic em 13,75% ao ano e beneficia apenas o mercado financeiro. "Ele não tem sentimento com o sofrimento do povo e mantém uma taxa de juro para atender os interesses de quem? A quem que este cidadão está servindo neste momento?", questionou. **Página 3**

### Supremo invalida decreto que dava ao crime acesso facilitado a armas

O STF invalidou, por unanimidade, os efeitos de trechos de quatro decretos editados por Jair Bolsonaro (PL) que afrouxavam as regras para aquisição e porte de armas de fogo. Entendimento da Corte foi que as mudanças alteraram política de controle de armas de fogo sem respaldo do Congresso Nacional. O crime organizado se favoreceu da liberação. **Página 4**

### Mais de 1000 sindicatos farão reunião para a volta de direitos que reforma tirou

Para Idemar Antônio Martini, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina (FETIESC), a reforma trabalhista foi um golpe contra "um dos pilares essenciais da democracia brasileira: os sindicatos". Encontro será realizado no próximo dia 6 de julho. **Pág. 5**

### Colapso da Thames mostra o fracasso da privatização da água na Inglaterra

"O experimento conservador da privatização foi um fracasso devastador", afirmaram sindicatos britânicos diante da iminente inadimplência da Thames Water, maior fornecedora de água da Grã Bretanha, cuja executiva-chefe acaba de renunciar. **Pág. 6**



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

Papa recebe esposa de Assange, jornalista preso político



Ministro do Trabalho, Luiz Marinho

## Juros elevados frustram geração de empregos formais no país, diz Marinho

“Não se justifica os juros praticados no Brasil. Hoje é o mais alto do mundo. Sacrificar não somente empregos, mas as contas públicas”

O Brasil abriu 155,2 mil postos de trabalho com carteira assinada em maio deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na quinta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Apesar do saldo positivo, é o terceiro mês consecutivo de desaceleração. Na avaliação do ministro da pasta, Luiz Marinho, a taxa de juros praticada pelo Banco Central (BC) está frustrando a criação de novos empregos formais no país.

Durante a divulgação do Caged de maio, Marinho afirmou que “o que frustrou um número ainda melhor é a ausência de crédito, e a ausência de crédito está vinculada diretamente aos juros praticados. Eu responsabilizo as autoridades que já teriam de ter iniciado um processo de redução dos juros do país”, criticou.

Mesmo com a inflação demonstrando clara desaceleração neste ano, estando em 3,94% no acumulado de doze meses até maio, segundo o IPCA calculado pelo IBGE, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, patamar que está desde agosto do ano passado, estrangulando o consumo de bens e serviços do país e inibindo os investimentos.

“Não se justifica os juros praticados no Brasil. Hoje é o mais alto do mundo. Sacrificar não somente empregos, mas as contas públicas”, também afirmou o ministro, ao ressaltar que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, já estaria demitido se estivesse em uma empresa privada “pelo não cumprimento das suas obrigações”.

No mês de maio, em números absolutos, foram registradas 2.000.202 admissões contra 1.844.932 desligamentos, o que culminou no saldo de 155,2 mil postos de trabalho criados no mês. Para maio, a pasta esperava a abertura de 180 mil vagas formais, em linha com o resultado de abril. O resultado também representa uma queda de 44% frente a maio de 2022, quando foram criados 277,73 mil empregos formais.

Segundo o Ministério do Trabalho, nos cinco primeiros meses deste ano, foram gerados no país 865,36 mil vagas formais de emprego. Na comparação anual, corresponde a um recuo de 21,5%.

Serviços foi o setor que mais criou empregos no mês de maio, com 83.915 vagas. Na sequência vem a Construção, com 27.958 vagas; Agropecuária, com 19.559 vagas; Comércio, com 15.412 vagas; e a Indústria, com 8.429 vagas.

# Plano Safra: governo destina R\$ 71,6 bi para Agricultura familiar

## Lula retoma estoque regulador e preço mínimo para produtor



Evento no Palácio do Planalto reuniu autoridades e lideranças do campo

## IGP-M tem deflação recorde em junho, diz FGV

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou na quinta-feira (29) o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), usado em larga medida para reajuste dos aluguéis. Em junho a variação do índice foi negativa em -1,93%. Foi o terceiro mês seguido de deflação. Em maio ficou negativo em -1,84% e em abril em -0,95%.

No acumulado do ano e dos últimos doze meses, o índice registra retrações de -4,46% e -6,86%, respectivamente. Esse último atingiu o menor valor da série histórica, iniciada em 1990.

Em termos práticos, o reajuste de um aluguel

com data de contratação em primeiro de julho (aniversário) teria um reajuste reduzindo no valor do aluguel pelo índice negativo dos últimos doze meses. Procedimento igualmente correto para qualquer outro contrato que tenha o IGP-M como índice de atualização da inflação.

Mas, o conhecido indicador como “inflação do aluguel” é bem mais amplo, e é parâmetro para o reajuste das tarifas de serviços públicos (energia e telefonia) e em contratos de prestação de serviços.

O indicador abrange o movimento de preços,

não apenas de diferentes atividades como também etapas distintas do processo produtivo. Compõem o IGP-M três outros índices de preços. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% da composição e teve queda de 2,73% em junho. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e caiu 0,25% no mês. Já Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com peso de 10%, foi o único que subiu, em 0,85% no mês.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/igp-m-tem-deflacao-recorde-em-junho-diz-figv/>

## Desemprego recua a 8,3% em maio e atinge 8,9 milhões de brasileiros

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 8,3% no trimestre encerrado em maio, sendo uma queda de 0,3 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre móvel terminado em fevereiro de 2023 (8,6%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada nesta sexta-feira (30), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isto, o número de pessoas em busca de emprego cedeu em menos 279 mil frente ao trimestre anterior. Em números absolutos, são 8,9 milhões de brasileiros em busca de uma vaga de emprego no país, sem encontrar.

De acordo com Adriana

Beringuy, coordenadora da PNAD, “esse recuo no trimestre foi mais influenciado pela queda do número de pessoas procurando trabalho do que por aumento expressivo de trabalhadores. Foi a menor pressão no mercado de trabalho que provocou a redução na taxa de desocupação”.

Esta é a menor taxa para um trimestre encerrado em maio desde 2015, quando também ficou em 8,3%. Apesar dos esforços do governo Lula para alavancar a geração de emprego no país, a restrição no mercado de trabalho tem demonstrado resistência pela atuação do Banco Central (BC), dirigido por Roberto Campos Neto, que

mantém a taxa de juros básica Selic em 13,75%, o que reprime a demanda de bens e serviços no país e, consequentemente, gera a queda das atividades da indústria, comércio e serviços, levando para o desaquecimento da economia. Em uma economia que não cresce, com juros altos, poucos se aventuram em investir. Diante disto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem total razão em afirmar, durante entrevista à Rádio Gaúcha, dia 29/6 que “ele [Campos Neto] não tem sentimento com o sofrimento do povo”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/desemprego-recua-em-maio-e-atinge-89-milhoes-de-brasileiros/>

## Justiça barra demissões na Eletrobrás até STF julgar ação sobre ilegalidade da privatização

A juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª região, Karime Loureiro Simão, suspendeu as demissões dos funcionários da Eletrobrás até que seja julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 7385), de iniciativa da Presidência da República, que pede a derubada de dispositivos da lei de privatização da companhia que reduziu ilegalmente o poder de voto da União.

A decisão da magistrada atende ao pedido do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Energia do Rio de Janeiro e região (Sintergia-RJ).

No despacho, a juíza informou que o Sindicato ingressou com o pedido de liminar “para que seja determinada à ré a sustação de qualquer iniciativa no sentido de desligamento de trabalhadores, até o julgamento definitivo pelo STF da ADI 7.385, bem como, sucessivamente determinar a suspensão de qualquer programa de desligamentos de trabalhadores da segunda fase do quadro de desligamentos (de 01/05/2023 a 30/04/2024)”.

“Ao analisar os documentos presentes no processo”, destacou Karime Loureiro Simão, “fica evidente que a empresa ré tem realizado demissões em seu quadro de pessoal sem fornecer critérios claros para tais demissões”.

A magistrada deferiu a liminar em favor do sindicato e estabeleceu uma multa de R\$ 1.000 por funcionário demitido (limitada a um total de R\$ 50.000), em caso de descumprimento por parte da gestão da Eletrobrás.

No mês passado, em busca de arrochar ainda mais o quadro de funcionários da empresa, a gestão da Eletrobrás anunciou um novo plano de demissões que vai atingir 1.575 trabalhadores, seguindo sua agenda de desmonte da companhia que está sendo implementada desde a privatização da estatal por Bolsonaro, em junho de 2022, quando o Estado perdeu o poder sobre a sua gestão.

De acordo ainda com a magistrada, para seguir com as demissões, a empresa também terá que demonstrar o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos no Acordo Coletivo do Trabalho

(ACT) para as demissões dos empregados; apresentar o estudo de impacto das demissões nas relações de trabalho, na atividade fim e na prestação do serviço público essencial; e apresentar, após a divulgação do PDV, a relação de todos os trabalhadores que serão desligados, e os motivos de terem sido escolhidos e a consequente programação das demissões.

“A decisão protege os direitos de todos os trabalhadores da Eletrobrás e suas subsidiárias”, disseram os advogados do escritório de Advocacia Garcez, que representa o Sintergia-RJ e o Coletivo Nacional dos Eletricitários, Diego Bochnie e Maximiliano Garcez, por meio de nota. “Atendendo aos interesses da sociedade brasileira como um todo, já que todas as decisões relacionadas ao quadro de funcionários deveriam ter considerado a efetiva participação do governo na composição acionária da Eletrobrás”, criticaram.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/justica-barrademissoes-na-eletobras-ate-stf-julgar-acao-sobre-ilegalidade-da-privatizacao/>

“Espero que agora a Conab, na mão da pequena e média agricultura, possa cuidar do estoque regulador de verdade para que a gente possa fazer com que não falte mais alimento neste país e que o preço não aumente de forma exorbitante”, afirmou o presidente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, nesta quarta-feira (28), em Brasília, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024, com R\$ 71,6 bilhões destinados ao crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O valor é 34% superior ao anunciado na safra passada e o maior da série histórica.

O anúncio foi feito no dia seguinte ao lançamento do Plano Safra 2023/2024 com R\$ 364,22 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país, com juros mais baixos para produção de alimentos, como mais um incentivo para reduzir os custos da alimentação para as famílias brasileiras. O total é 26,8% maior que os valores destinados no plano anterior, de 2022/2023, de R\$ 287,16 bilhões para o Pronamp e os demais produtores.

“O que nós estamos fazendo é tentando diminuir a desigualdade que ainda é muito grande entre o pequeno [produtor] e o grande, entre aqueles que trabalham e aqueles que são donos das empresas que produzem trabalho. Há uma diferença que não pode continuar existindo, senão o mundo não vale a pena”.

O presidente destacou que o governo vai retomar a política de preço mínimo para produção de alimentos e de compra de excedentes em caso de supersafra.

“Vocês vão plantar e nós vamos garantir preço mínimo para que ninguém tenha prejuízo na sua safra”, disse, citando a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na manutenção do estoque regulador.

“Muitas vezes a gente vai incentivar vocês a plantar determinadas coisas, mas se

## Venda de máquinas e equipamentos acumula queda de 8,5% até maio

As vendas de máquinas e equipamentos apresentaram uma queda de 8,5%, no acumulado deste ano até maio, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que revisou para baixo, na última quarta-feira (28), a previsão de receita total para este ano.

A indústria de máquinas e equipamentos registrou uma receita líquida total no mês de maio de R\$ 24,9 bilhões, sendo uma alta de 10,6% frente a abril, mas queda de 15,6% na comparação com o mesmo período de 2022. Em maio, a utilização da capacidade instalada do setor ficou 3,7% abaixo do mesmo mês do ano passado. Já a carteira de pedidos recuou 6,7% na comparação anual.

Já no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano, a receita líquida soma R\$ 117,5 bilhões, 8,5% a menos frente ao mesmo período de meses de 2022.

Na avaliação da Abimaq, o desempenho ruim das vendas do setor reflete a atual taxa de juros no Brasil, que inibe investimentos em máquinas e equipamentos. Desde o ano passado, o setor de máquinas e equipamentos tem sido fortemente afetado pelos juros elevados – estabelecidos pelo Banco Central (BC) em 13,75% desde agosto de 2022 -, que inibe a demanda e, consequentemente, reduz o valor a ser investido pela indústria na produção. Além disso, a entidade aponta que o real valorizado ajudou a reduzir os ganhos das receitas em dólar no resultado das empresas.

A entidade divulgou ainda, que no mês de maio a receita líquida interna foi de R\$ 18,3 bilhões, o que corresponde a uma alta de 4,1% contra o resultado de abril. Mas sobre

tiver excesso de produção, a gente tem que bancar”, disse Lula. “E eu espero que agora a Conab, na mão da pequena e média agricultura, possa cuidar do estoque regulador de verdade para que a gente possa fazer com que não falte mais alimento neste país e que o preço não aumente de forma exorbitante”, acrescentou.

Durante a solenidade, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, destacou que as ações do Plano Safra visam a proteção ao meio ambiente e a garantia de produtos mais saudáveis na mesa dos brasileiros. “A perda de renda, o desemprego e a pandemia ajudaram a mudar o hábito alimentar do povo brasileiro em uma mudança negativa, aqueles alimentos que são tradicionalmente da mesa do brasileiro deixaram de ser consumidos e foram substituídos por ultraprocessados. Então, temos aumentado as doenças por conta da má alimentação na sociedade”, disse.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aristides Veras dos Santos, afirmou que o plano apresentado “não será ainda o ideal”, mas acredita que “foi o possível para o momento que nós estamos vivendo”. Ele também cobrou mais facilidade no acesso aos recursos junto às instituições financeiras.

A coordenadora-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf), Maria Josana de Lima Oliveira, destacou que o setor tem capacidade para produzir mais alimentos e mais saudáveis. “Produzir alimentos saudáveis é cuidar da mãe terra, é trabalho da nossa vida, isso a gente sabe fazer”, disse.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/safra-lula-destina-r-71-bi-a-pequeno-produtor-recua-estoque-regulador-e-garante-preco-minimo/>

o mesmo mês do ano passado houve queda de 23,2%. Com isso, o acumulado do ano de R\$ 88,5 bilhões representa um recuo de 14,3% quando comparado com o mesmo período de 2022.

Abimaq esperava um crescimento de 2,4% na receita do setor em 2023. Mas com a restrição de crédito e os juros altos sendo mantidos até agora pelo BC – que só nesta semana sinalizou, em sua ata do Copom, a possibilidade de iniciar a redução na Selic ainda neste ano – a entidade agora está prevendo uma queda de 3,4% na receita total. Caso confirmado, será o segundo ano consecutivo de queda. O ano passado fechou com receita 5,9% menor do que em 2021.

Antes do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC divulgar sua decisão pela manutenção da Selic em 13,75%, na última quarta-feira (21), a Abimaq divulgou nota defendendo a redução dos juros, ressaltando que “o país saltou do pagamento de juros reais negativos ao redor de 3% para juros reais positivos de mais de 9% a.a., o que deslucou novamente os investimentos das atividades produtivas para as aplicações financeiras”, denunciou.

A entidade também destacou que, “as elevadas taxas básicas de juros colocaram os juros de mercado nas alturas impactando negativamente a renda das famílias e das empresas. Ao analisar os indicadores recentes de atividade econômica, se observa uma importante desaceleração. Os investimentos em máquinas e equipamentos, já em queda no último trimestre de 2022, registraram queda de 6,5% neste início de ano (jan-mai), podendo comprometer o futuro do crescimento do país”.

Escreva para o HP

[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO**

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP

E-mail: [inc24agosto@uol.com.br](mailto:inc24agosto@uol.com.br)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

**HP**

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)

E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**

**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)

**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)

**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)

**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)

**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: [horadopovo@yaho.com.br](mailto:horadopovo@yaho.com.br)

**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# TSE condena Bolsonaro por 5 a 2 a ficar 8 anos inelegível



**Lula cumprimenta populares no cortejo**  
**Lula no 2 de Julho: “data para lembrarmos da luta por liberdade e soberania”**

O presidente Lula participou, na manhã do domingo (2), em Salvador, do cortejo em celebração aos 200 anos da Independência do Brasil na Bahia ao lado de lideranças do Estado e da população baiana.

Lula afirmou que o 2 de Julho é “uma data para lembrarmos da luta do nosso povo por sua liberdade e soberania, e nos inspira na busca por mais direitos e dignidade”.

Ver **O Dois de Julho, as guerras de independência do Brasil e os “vira-latas”**

“Hoje é o dia em que a Bahia se transforma na capital do Brasil. Salvador vira capital provisória pela manifestação exuberante do povo baiano. Dom Pedro gritou ‘independência ou morte’, mas quem lutou e morreu foram os baianos para conseguir a Independência do Brasil”, declarou o presidente.

A data marca o bicentenário da luta dos baianos, que realizaram uma guerra para expulsar os portugueses e consolidaram a Independência do Brasil.

Lula participou do cortejo entre o bairro da Lapinha e a região do Pelourinho em carro aberto, junto com sua esposa, Janja, e o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT).

O presidente cumprimentou e tirou fotos com apoiadores durante todo o trajeto. A tarde, ele vai para Ilhéus, também na Bahia.

As ministras da Cultura, Margareth Menezes, e da Igualdade Racial, Anielle Franco, também participaram da caminhada, assim como o prefeito de Salvador, Bruno Reis (União), do presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), Adolfo Menezes (PSD) e de outras autoridades da Bahia.

O governador Jerônimo Rodrigues afirmou que no dia 2 de Julho “celebramos a história dessas mulheres, indígenas e negros. Celebramos a força da revolução que corre em nosso sangue Viva o 2 de Julho! Viva a Bahia!”.

O vice-presidente Geraldo Alckmin comentou pelas redes sociais que a ofensiva dos baianos em 2 de julho de 1823 foi “um episódio determinante para o processo da nossa Independência”.

“Conhecido como a Independência do Brasil na Bahia, a captura de Salvador, em 1823, pela reação popular brasileira terminou com a consequente retirada das forças leais à metrópole portuguesa de nossas terras. Uma demonstração de coragem e de resistência do povo baiano, decisiva para a formação de uma consciência nacional”, completou.

O ex-governador da Bahia e atual ministro da Casa Civil, Rui Costa, destacou que a ação dos baianos foi uma “fundamental contribuição” para a independência do país. “Nossa gente lutou bravamente por uma vida melhor, liberdade e independência”.

## Motorista de assessor de Lira relata à PF como era a rotina de pagamentos do esquema

O motorista Wanderson Ribeiro Josino de Jesus, que presta serviço há 5 anos para o ex-assessor parlamentar Luciano Cavalcante, homem de confiança do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Luciano é alvo de investigação da PF (Polícia Federal) sobre fraude na compra superfaturada de kits de robótica para escolas de Alagoas.

O motorista Wanderson de Jesus contou detalhes da tarefa dele: além de dirigir, fazia pagamentos e depósitos em espécie a destinatários indicados por Cavalcante.

Ele contou ainda que as informações das transações bancárias eram anotadas em planilha e registradas em mensagens de celular, mas reforça que não fazia ideia da origem do dinheiro.

Segundo o jornal O Globo, Wanderson de Jesus foi um dos alvos de operação de busca e apreensão deflagrada pela PF em 1º de junho. A medida buscava apurar indícios de desvios de recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), destinados a 43 municípios de Alagoas para a aquisição de kit de robótica para escolas públicas.

Segundo a investigação, a fornecedora do equipamento chegou a cobrar de prefeituras R\$ 14 mil por produto após comprá-lo por R\$ 2.700 em São Paulo. O esquema, de acordo com o inquirido na PF, gerou prejuízo de ao menos R\$ 8,1 milhões para os cofres públicos.

“O dia que [os policiais] vieram aqui, tinha comigo R\$ 150 [mil]. Ai tinha R\$ 40 mil no portafólio, que era o pagamento que eu tinha que fazer. E tinha dentro da mochila [outros R\$ 110 mil, no porta-malas]. De quem era a mochila? Do Luciano. Eu nem sabia que estava lá a mochila dele, eu não posso abrir a mochila dele”, disse o motorista.

A PF encontrou no endereço de Wanderson anotações de pagamentos que indicavam datas, valores, destinatários e o nome ao qual cada item estava atrelado.

### ANOTAÇÕES “ARTHUR”

Ao lado de registro de R\$ 100 mil estava o nome “Arthur”, sem mais detalhes. Em outro, com data de 15 de abril e valor de R\$ 30 mil, também aparece “Arthur”, também sem especificações. Há ainda o valor de R\$ 3.652,00 associado a hotel luxuoso e ao nome “Arthur”, em 17 de abril.



**Inelegibilidade e único ex-presidente que não conseguiu se reeleger**  
**“Esse cidadão que está no Banco Central não entende nada de Brasil”, denuncia Lula**

O presidente Lula (PT) voltou a fazer duras críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na quinta-feira (29), durante entrevista à Rádio Gaúcha. Ele afirmou que o presidente do Banco Central “não entende absolutamente nada de país”, já que mantém a Selic em 13,75% ao ano e beneficia apenas o mercado financeiro.

**EXPLICAÇÃO**  
“Não existe hoje nenhuma explicação econômica, sociológica, filosófica, ou que você quiser, pensar para que a taxa de juros esteja a 13,75%, porque nós não temos inflação de demanda. Se aumentava o juros quando você tinha uma demanda crescendo e precisava reduzir a demanda”, disse Lula.

“A inflação em 12 meses está menos que 5%, por que a taxa de juros tem que estar neste nível? Qual é a explicação?”, indagou Lula. Ele mesmo respondeu que “não existe explicação”. “Então, eu tenho dito o seguinte. O Senado tem responsabilidade porque foi o Senado que aceitou a indicação do ex-presidente e aprovou o presidente do Banco Central. O Senado saberá o que fazer”, acrescentou o presidente.

“Quando era o presidente que indicava, ele tirava ou colocava. Antes os presidentes tiravam, o FHC tirou. Agora você tem um cidadão que me parece que não entende absolutamente nada de país, não entende nada de povo, não tem sentimento com o sofrimento do povo e mantém uma taxa de juro para atender os interesses de quem? A quem que este cidadão está servindo neste momento?”, voltou a indagar Lula.

## Governo revoga decreto de Bolsonaro criado para acelerar as privatizações

O presidente Lula (PT) revogou na quarta-feira (28) trechos de um decreto feito por Jair Bolsonaro, em 2020, que previa a análise periódica para avaliação de estatais, com o objetivo de identificar quais poderiam ser privatizadas. A medida foi publicada na edição do “Diário Oficial da União”.

No mesmo período, o CND deveria verificar “se permanecem as razões de imperativo à segurança nacional ou de relevante interesse público que justificaram” a criação dessas estatais. Além disso, o CND também era responsável por avaliar a cada dois anos as estatais dependentes, que são aquelas que

recebem recursos do

Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral, como a Embrapa ou a Conab. Ambas as atribuições dadas ao CND por Bolsonaro foram revogadas com o decreto publicado nesta quarta-feira.

Pela regra de Bolsonaro anulada agora por Lula, o Conselho Nacional de Desestatização (CND) deveria avaliar, a cada 4 anos, “a sustentabilidade econômico-financeira de todas as empresas estatais com controle direto da União”. O plano era vender as empresas lucrativas, geralmente muito abaixo do seu valor e, se a empresa não era lucra-

vel era meu auxiliar, ele sabe qual era a discussão que a gente fazia. Ele sabe que cada vez que ele aumentava 0,5 pp na taxa de juros, eu baixava 0,5 pp na taxa da TJLP para que o BNDES tivesse recursos para investir no setor produtivo”, apontou o presidente.

**JUROS**  
“Ele sabe disso. E ele sabe que no nosso governo nós pegamos o governo com a taxa de juros a 26% e nós reduzimos a 10%. Com a economia crescendo a 7,5% em 2010 e o varejo crescendo acima de 13%”, lembrou Lula.

O presidente explicou que “se num país como o Brasil, você tiver uma inflação de 4% e a economia estiver crescendo a 4 ou 5%, as pessoas podem guardar dinheiro embaixo do colchão”. “Eu vivi neste país com inflação de 80% ao mês. Eu sei o que é receber o salário no final do mês e ter que correr para a porta de um atacadista para comprar tudo o que era não perecível para levar para casa. Então, agora, o país precisa crescer. Para crescer, o Brasil precisa ter crédito, crédito para o setor privado, para os estados, para o município. E é isso o que nós vamos voltar a fazer”, garantiu o presidente.

Ele mostrou determinação de seu governo na volta do crescimento. “O BNDES vai voltar a ser um banco de investimento, o BNB vai voltar a ser um banco de investimento, a CEF vai voltar a ser um banco de investimento, o Banco do Brasil. O dinheiro tem que circular para a economia crescer. Você não pode dizer que é um país capitalista sem capital”, ironizou.

Foi condenado por abuso de poder político e por uso ilegal dos meios de comunicação públicos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro e o tornou inelegível por abuso de poder político em reunião com embaixadores estrangeiros, em julho de 2022, quando mentiu sobre o processo eleitoral brasileiro e usou meios de comunicações públicas para se autopromover eleitoralmente.

O ex-presidente não poderá ser candidato a nenhum cargo até 2030.

A Corte avalia que a reunião, transmitida ao vivo na TV Brasil e nas redes sociais, foi parte da estratégia de campanha de Bolsonaro, que buscou se vitimizar e desacreditar as urnas eletrônicas para conseguir vantagem eleitoral.

O julgamento terminou em 5 votos pela condenação contra 2 pela absolvição. O resultado já foi proclamado pelo presidente da Corte, Alexandre de Moraes.

Votaram pela condenação os ministros: relator Benedito Gonçalves; Flávio de Azevedo Marques; André Ramos Tavares; Cármen Lúcia; e Alexandre de Moraes.

Votaram pela absolvição os ministros Raul Araújo e Kássio Nunes Marques.

O TSE decidiu pela absolvição de Walter Braga Netto, que foi candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, por não ter sido comprovada sua participação no evento.

Na sexta-feira (30), o julgamento foi encerrado após os votos de Cármen Lúcia, Nunes Marques e Alexandre de Moraes.

**MORAES**  
O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, acompanhou integralmente o voto do relator, Benedito Gonçalves, enfatizando que o julgamento reforça a “fé” do Poder Judiciário “na democracia” e a “repulsa ao degradante populismo renascido a partir das chamas do discurso de ódio e antidemocráticos”.

“A Justiça Eleitoral avisou a todos os candidatos que não admitiria extremismo criminoso e atentatório aos Poderes de Estado, que não admitiria notícias fraudulentas, desinformação a título de tentar enganar os eleitores sobre fraude no sistema eleitoral”, afirmou Moraes.

O ministro ressaltou que o TSE já havia definido, desde 2021, que “ataques mentirosos ao sistema eletrônico de votação para iludir o eleitor sobre uma fraude inexistente, gerando incertezas sobre a lisura do pleito em benefício eleitoral” seria caracterizado como abuso de poder político “e isso geraria cassação e inelegibilidade”.

O evento foi, na avaliação do presidente do TSE, um “monólogo eleitoral” com uma “pauta pessoal, eleitoral, faltando dois meses e meio para o primeiro turno das eleições”.

O público alvo da reunião foi o eleitorado, uma vez que “toda a produção foi feita para que a TV Brasil divulgasse e a máquina de desinformação nas redes sociais multiplicasse e chegasse diretamente ao eleitorado”.

“Começa com uma autopromoção de que foi militar, de que gastou tanto na campanha, que

junta multidões. Qual o interesse das relações internacionais nisso?”, questionou.

“Depois parte para divulgação de mentiras, notícias absolutamente fraudulentas. Não são opiniões possíveis, são mentiras”, enfatizou, citando passagens do discurso de Bolsonaro.

“Qual era o objetivo? Uma produção cinematográfica com a TV Brasil” e divulgação coordenada nas redes sociais, “no sentido de angariar mais votos e eleitores com esse discurso mentiroso e radical”, concluiu.

“Não há aqui nada de liberdade de expressão. O presidente da República, ao mentirosamente dizer que há fraudes nas eleições”, não faz uso de sua liberdade de expressão.

“E ao fazer uso do cargo de presidente, do dinheiro público, da estrutura do Palácio da Alvorada e da TV pública, é abuso de poder. Ao preparar tudo isso para imediatamente bombardear o eleitorado via redes sociais, [é] uso indevido dos meios de comunicação”, completou.

**CARMEN LÚCIA**  
A ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do TSE, destacou que o evento organizado pelo gabinete de Jair Bolsonaro não foi um “diálogo institucional”, uma vez que o então presidente repetiu fake news, naquela altura já desmentidas, sobre as eleições e atacou diretamente membros do Poder Judiciário, como os ministros Luis Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Ela ainda afirmou que o discurso de Jair Bolsonaro teve elementos de “autopromoção”, “desqualificação de adversário” nas eleições e a “desqualificação do Poder Judiciário e ataques deliberados com a exposição de fatos que já tinham sido profundamente refutados pelo TSE”.

Segundo a ministra, as acusações feitas sobre o processo eleitoral e a Justiça Eleitoral não tinham outro objetivo “a não ser desqualificar o próprio Poder Judiciário e, com isso, atacar a própria democracia”.

**NUNES MARQUES**  
Indicado por Jair Bolsonaro para o Supremo Tribunal Federal (STF), Kássio Nunes Marques se posicionou contra a condenação, ainda que tenha admitido em seu voto que Jair Bolsonaro disseminou mentiras sobre o processo eleitoral e o TSE.

“Não identifiquei conduta atribuída a ele [Bolsonaro] que justifique a aplicação das graves sanções” como a declaração de inelegibilidade.

Nunes Marques disse não haver dúvidas que o discurso de Bolsonaro “se orientou pragmaticamente para difundir suspeitas graves e infundadas acerca da atuação do TSE e do sistema eletrônico de votação, com vistas a descredibilizar não apenas o resultado do pleito, mas todo o processo eleitoral brasileiro”.

Além disso, falou que “a reunião teve nítida finalidade eleitoral, visando influenciar o eleitorado e a opinião pública nacional e internacional. Esse ponto abrange tanto o discurso quanto o perfil do evento”.

P. B.

## Orlando Silva prevê para começo do segundo semestre apreciação do PL contra fake news

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL de Combate às Fake News, disse que falta apenas decidir sobre o órgão que ficará responsável pela fiscalização para que o texto possa ser votado no plenário da Câmara no segundo semestre.

“A mesa, temos a proposta da Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações], que já regula radiodifusão e a infraestrutura de telecomunicações. E, alternativamente, temos uma proposta do Sistema Brasileiro de Regulação, elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil”, explicou Orlando.

“A medida que nós possamos decidir o melhor formato, com os ajustes feitos, eu estou seguro que no começo do semestre que vem é possível que o plenário da Câmara aprecie a proposta”, continuou o parlamentar em conversa com jornalistas em Portugal, onde participou do 11º Fórum Jurídico de Lisboa.

O PL 2.630/20, conhecido como PL de Combate às Fake News, trata da regulamentação das redes sociais através de mecanismos que dificultam a disseminação de mensagens criminosas, como racismo, ataques à democracia e crimes contra crianças e adolescentes.

O texto prevê, por exemplo, a responsabilização das platafor-

mas digitais caso permitam, com conhecimento do caso, a circulação de publicações criminosas.

As plataformas digitais, chamadas de Big Techs, lançaram uma campanha chamando o projeto de PL da Censura, termo que também está sendo usado por parlamentares bolsonaristas que defendem a “liberdade” de usar as redes sociais para cometer crimes.

**GILMAR**  
O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, apontou que “a regulação da responsabilidade de plataformas digitais por conteúdos ilícitos é crucial para a sustentabilidade democrática brasileira”.

“Não se cuida de cercar a liberdade de expressão, mas de garantir redes abertas, plurais e responsáveis”, ministrou.

Segundo o ministro, “no Brasil, quadrilhas digitais se valem da pluralidade de canais midiáticos para inviabilizar qualquer debate” e evocam “a democracia contra a própria democracia”.

Também no evento em Lisboa, Gilmar Mendes disse que o ataque terrorista do dia 8 de janeiro “abriu uma janela de oportunidade para nós discutirmos inclusive a regulação das fake news e os abusos perpetrados através das redes sociais”.

# STF invalida decretos de Bolsonaro que afrouxavam aquisição de armas

Entendimento da corte foi que mudanças alteraram controle de armas de fogo sem respaldo do Congresso Nacional. Crime organizado se favoreceu da liberação

O Supremo Tribunal Federal invalidou, por unanimidade, os efeitos de trechos de quatro decretos editados por Jair Bolsonaro (PL) que afrouxavam as regras para aquisição e porte de armas de fogo.

O julgamento se deu no formato de plenário virtual em que os ministros manifestam seus votos por meio de uma plataforma eletrônica na internet, sem a necessidade de uma sessão presencial ou por videoconferência e terminou nesta sexta-feira (30).

Com as alterações dos dispositivos, o Comando do Exército deixa de controlar a aquisição e registro de alguns armamentos e equipamentos que permitem o porte simultâneo de até duas armas de fogo pela população.

O entendimento foi de que as mudanças implementadas pelo Poder Executivo alteraram a política pública de controle de armas de fogo sem o devido respaldo do Congresso Nacional.

## REGRAS INCOMPATÍVEIS

A suspensão já havia sido determinada em 2021 pela ministra Rosa Weber, relatora do processo, mas dois pedidos de vista atrasaram o julgamento do colegiado. O tema, porém, ainda precisava ser analisado pelos demais ministros para servir como parâmetro para análise futuras de normas relacionadas ao tema.

A magistrada afirmou que havia necessidade da análise imediata dos pedidos cautelares face à iminência da entrada em vigor dos decretos, que ocorre 60 dias após sua publicação.

Os dispositivos também diminuíam a fiscalização do Exército sobre a circulação de armas, medida que chegou a ser criticada pelo Congresso. O argumento era de que as modificações deveriam ser feitas por lei, e não por decisão individual do chefe do Executivo.

Weber justificou que as regras são incompatíveis com o sistema de controle e fiscalização de armas instituído pelo Estatuto do Desarmamento. Além disso, ultrapassam os limites do poder regulamentar atribuído ao presidente da República pela Constituição. “Excederam aos limites constitucionais”.

“Tenho por suficientemente evidenciado, pelo menos em juízo preliminar, fundado em cognição sumária inerente aos pronunciamentos judiciais cautelares, que os decretos, ao reformularem a Política Nacional de Armas, excederam aos limites constitucionais inerentes à atividade regulamentar do chefe do Poder Executivo”, analisou.

Ademais, os regulamentos executivos atuam para dar aplicabilidade às leis, devendo-lhes observância ao seu espaço restrito de delegação, considerou. “Em uma ordem jurídica, fundada nos pilares da democracia constitucional e do Estado de Direito, o respeito ao espaço legislativo é requisito de validade constitucional.”

A ministra também revogou diversos mecanismos que facilitavam a compra de armas e munições dos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). Por exemplo, autorização para prática de tiro recreativo em clubes destinados a isso sem que haja registro prévio dos praticantes.

Também houve a redução da idade mínima para praticar tiro, de 18 para 14 anos. Foi suspensa ainda a autorização para escolas de tiros comparem munição em quantidade ilimitada.

Rosa Weber manteve a necessidade de credenciamento na Polícia Federal do psicólogo que comprova aptidão psicológica dos CACs para aquisição de armas. A exigência havia sido suspensa pelo decreto de Bolsonaro.

## MINISTRO BOLSONARISTA DIVERGE

Apesar de ter acompanhado o voto da relatora, o ministro bolsonarista Kassio Nunes Marques defendeu a ampliação do acesso às armas. Ao votar, Nunes Marques fez comparações sobre o combate à criminalidade nos Estados Unidos e no Brasil.

Ele alegou que, nos Estados Unidos e no Brasil, “o criminoso busca adquirir arma de fogo longe do controle do Estado, por meios escusos, sem qualquer controle ou supervisão”, o que é óbvio.

“É evidente que o cidadão interessado em adquirir arma de fogo e registrá-la junto aos órgãos competentes sabe que, ao fazê-lo, concederá ao Estado maior supervisão sobre a arma que adquiriu. Daí por que, por óbvio, o uso que dela fizer se prenderá basicamente à legítima defesa”, afirmou.

O ministro vê nos EUA “o berço dos valores democráticos do Ocidente”. Para ele, o país norte-americano – pilar do imperialismo mundial – tem “relação íntima de identidade e matriz constitucional” com o Brasil.

Ao defender o direito da população de se armar, o bolsonarista lembrou do contexto histórico do surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e das cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos, ao final da Segunda Guerra Mundial.

Segundo ele, a Alemanha, nos tempos de Hitler, “aos poucos foi restringindo a possibilidade de os cidadãos alemães possuírem armas de fogo”. Assim, “em 1938, Hitler assinou uma nova Lei de Controle de Armas que beneficiou os membros do Partido Nazista, negando a posse de armas de fogo aos eternos ‘inimigos do Estado’.”

Vale ressaltar que a legislação antiarmas na Alemanha foi instituída em 1919, pela República de Weimar, após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a cidade de mesmo nome recebeu uma assembleia constituinte naquele ano para a elaboração de uma nova Carta Constitucional para o país.

Hitler ascendeu ao poder somente 14 anos depois, em 1933, sendo que só em 1938 é que o regime sanguinário iniciou o controle de armas. Assim, foi instituída a exigência de permissão policial para quem quisesse comprar revólver, e proibição do porte pelo povo judeu.

Para o ministro de Bolsonaro, “privar o cidadão de possuir arma de fogo representa afastamento da promessa feita pela Constituição de proteger seu pleco de direitos constitucionais (ou seja, os direitos à vida, à saúde e à liberdade, entre tantos outros)”.

## ARMAMENTOS FORTALECERAM CRIMINOSOS

Ao defender o armamento do cidadão tal qual o direito à vida, Nunes Marques finge esquecer os malefícios da política belicista do “mito”. Ao escancarar a legislação pró-armas e enfraquecer o Estatuto do Desarmamento”, Bolsonaro fez o número de CACs aumentar de forma alarmante pelos quatro cantos do país.

Numa ponta, o arsenal de armas e munição espalhado pelo Brasil está funcionando para armar o crime organizado; na outra, para aumentar o número de homicídios e feminicídios, acidentes com armas de fogo e outras violências domésticas.

Só no Distrito Federal, o registro de crimes cometidos por CACs aumentou 745% nos últimos quatro anos. E chama atenção o salto nas ocorrências enquadradas pela lei Maria da Penha, com aumento de 1.100%.

Ao longo do mandato de Bolsonaro, a quantidade de CACs subiu de 117.467, em 2018, para 813.188, em 2022, segundo dados obtidos pelo portal G1 via Lei de Acesso à Informação (LAI) junto ao Exército.

O policial federal Roberto Uchoa, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que a facilitação para obter arma de fogo, registrada nos últimos anos, põe em risco a sociedade.

“As armas de fogo elas fragilizam. Fragilizam crianças com a possibilidade de acidentes domésticos, fragilizam mulheres que já podem ser vítimas de violência doméstica e a arma passa a ser mais um instrumento de opressão dessa mulher”, diz.

Nesta quinta-feira (29), uma operação deflagrada pela Polícia Federal em todo o Brasil cumpriu 33 prisões e apreendeu 11 armas de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs), bem como possuidores de armas de fogo em geral. A atuação dos agentes ocorreu em 15 estados e no Distrito Federal e integra a segunda fase da Operação Day After.

A operação é uma espécie de pente fino entre os CACs envolvidos em crimes graves em diversos âmbitos do código penal, como homicídio, estupro, roubo, extorsão, tráfico de drogas e atos terroristas.

Segundo a PF, desde o fim do prazo de recadastramento de armas de fogo, no último dia 3 de maio, o órgão já fez a prisão de 147 CACs, proprietários de armas de fogo ou vigilantes em situação irregular com o equipamento.

Durante uma audiência na Comissão de Segurança Pública do Senado em 9 de maio último, o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que há uma “intersecção” entre criminosos e CACs. Segundo ele, existem colecionadores que colaboram com o crime organizado.

“Criminosos viraram CACs, e CACs também se associaram à prática criminosa. E por isso tem ocorrido as prisões. Ou seja, infelizmente, nós temos uma zona de intersecção. É claro que temos a imensa maioria dos CACs que não comete crimes, mas nós temos alguns CACs que estão a serviço de organizações criminosas”, disse Flávio Dino, ministro da Justiça, durante audiência na Comissão de Segurança Pública do Senado em 9 de maio.

JOSI SOUSA



Operação da PF apreende armas irregulares de CACs em Pernambuco



“Inelegível”, disse após cantar ‘Cálice’. “Oito anos. Viva o Brasil!”

## “Inelegível! Viva o Brasil!”: Bethânia celebra derrota de Bolsonaro durante show em Portugal

Num show realizado em Oeiras no último sábado (1), nos arredores de Lisboa, em Portugal, na noite do último sábado, Maria Bethânia comemorou em cima do palco a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Por cinco votos a dois, a corte decidiu que ele não poderá se candidatar a cargos públicos por oito anos.

Nas redes sociais, circulam vários vídeos com imagens da cantora fazendo seu posicionamento político no Festival Jardins do Marquês – Oeira Valley.

“Inelegível”, disse a baiana após cantar ‘Cálice’. “Oito anos. Viva o Brasil!”.

## MÉRITO CULTURAL

O governo português concedeu à cantora a Medalha de Mérito Cultural “pelo inestimável trabalho que tem feito na divulgação dos poetas portugueses”. Segundo o ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, que entregou a honraria, em tempos recentes, ninguém difundiu tanto os poetas portugueses como a cantora brasileira, “declamando-os, cantando-os e contribuindo de forma ímpar para a sua população não só no Brasil

como em diversas partes do mundo”.

Na avaliação do ministro, a cantora tem um trabalho ímpar e, ao longo de sua carreira, deu enorme contribuição à cultura brasileira. Um discurso totalmente contrário ao ouvido no Brasil durante o governo de Bolsonaro, quando os artistas foram atacados, acusados, falsamente, de se apropriarem de dinheiro público por meio da Lei Rouanet, que, na verdade, dá incentivos ao setor privado para apoiar as artes no país. “Maria Bethânia faz um trabalho verdadeiro luminoso”, ressaltou Pedro Adão.

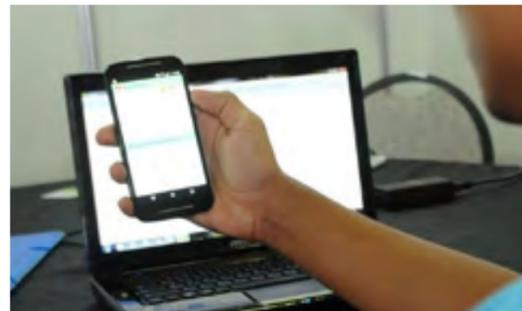
## Datafolha: 61% dos brasileiros acreditam que não se pode “postar qualquer coisa em redes sociais”

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Datafolha, 61% dos brasileiros acreditam que não é possível postar “qualquer coisa” nas redes sociais. O instituto entrevistou 2.010 pessoas e apresentou a afirmação: “As pessoas devem ter o direito de dizer o que pensam nas redes sociais, mesmo que isso ofenda alguém”.

Enquanto 61% acha que as redes sociais não são terra de ninguém e deve haver alguma regulação do que pode ou não ser afirmado, 38% defendem que não deve haver regulação.

Ainda sobre a frase utilizada para a pesquisa, 44% discordam completamente dela, enquanto 17% discordam parcialmente. A análise dos resultados revela que 25% concordam totalmente com a afirmação, enquanto 13% concordam parcialmente.

O levantamento foi realizado entre os dias 12 e 14 de junho, em 112 cidades, e possui uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou menos. Foi observado que os mais jovens (66% entre 16 e 24 anos) e os mais escolarizados (67% entre aqueles com diploma de curso su-



Pesquisa é realizada em meio ao debate dos limites da liberdade de expressão na internet

perior) apresentam uma resistência maior à ideia de liberdade total. Por outro lado, a aceitação da afirmação foi maior entre os homens (41%) do que entre as mulheres (34%).

A pesquisa é realizada em meio ao debate acerca dos limites da liberdade de expressão na internet e a discussão no Congresso do PL 2630, ou PL das Fake News, que prevê a regulação do uso das plataformas digitais, as chamadas Big Techs, e propõe criminalizar a divulgação de conteúdo falso e de ódio, além de responsabilizar as redes por irregularidades cometidas em seus ambientes virtuais.

A pesquisa mostra que



Brasileiras golearam o Chile por 4 a 0

## Brasil goleia Chile e vai com tudo para a Copa do Mundo da Austrália

A seleção feminina de futebol venceu o último compromisso antes da Copa do Mundo, que será disputada na Austrália e na Nova Zelândia. Neste domingo (2), as brasileiras golearam o Chile por 4 a 0, em amistoso realizado no Estádio Mané Garrincha, em Brasília.

O início de jogo foi avassalador. A Seleção marcava a saída de bola do Chile e atuava com velocidade. Logo aos 4 minutos, Nycole cruzou da direita e Gabi Nunes se antecipou à zaga para finalizar de cabeça. A goleira Canales se esticou toda, mas não evitou o gol.

Nycole levava vantagem sobre as adversárias com sua técnica e preparo físico e se entrosava bem com Geysse e Gabi Nunes no ataque. Enquanto isso, a defesa do Chile batia cabeça.

Aos 28 minutos, Antonia foi quem cruzou, de novo da direita, e Duda Sampaio, no meio da área, cabeceou com estilo para ampliar. Sem defesa para Canales. O placar de 2 a 0 sintetizava a superioridade da Seleção Brasileira.

O Chile tentava alguma coisa em contra-ataques, mas esbarrava na boa performance do meio e da defesa brasileira. Quando os rivais conseguiam concluir as jogadas, a goleira Letícia aparecia bem e tranquilizava a equipe.

Mal o Chile tentava se refazer do segundo gol, a bola sobrou na meia-lua para Luana, após mais um ataque do Brasil, e a jogadora do Corinthians fez um belo gol. Ela teve tempo de dominar e ajeitar a bola dar um chute certo.

Com 3 a 0, desenhava-se a goleada e a Seleção não puxava o freio de mão. Do lado de fora, a técnica Pia Sundhage incentivava suas jogadoras. Ela, no entanto, sabia do desgaste físico de algumas e por isso fez várias substituições no segundo tempo.

## RAINHA EM CAMPO

A Seleção usaria a cabeça de novo, aos 4 da etapa final, para fazer 4 a 0. Dessa vez, a bola veio do lado esquerdo, numa assistência de Tamires para Geysse, que cabeceou com perfeição.

Na sequência, Pia promoveu várias substituições e fez as 16 mil pessoas presentes ao Mané Garrincha se levantarem para ver a rainha Marta entrar em campo. Seis vezes eleita a melhor jogadora do mundo, Marta substituiu Rafaelle aos 28 minutos. Criou algumas boas situações e mostrou o quanto pode ser útil na campanha da Copa.

## RUMO À AUSTRÁLIA

A delegação brasileira embarca nesta segunda-feira (3) para a Austrália, país-sede dos jogos da primeira fase do Mundial. O voo com as jogadoras e a comissão técnica deixa o aeroporto de Brasília às 5h (horário de Brasília), com previsão de chegada em Brisbane às 18h35, no horário local, após 24 horas de viagem.

A estreia do Brasil na Copa do Mundo será no próximo dia 24, às 8h (horário de Brasília), contra o Panamá, no Estádio Hindmarsh, em Adelaide. Na primeira fase, a equipe ainda terá pela frente França e Jamaica. As brasileiras buscam um título mundial inédito.

Em 2023, o Brasil disputou cinco amistosos. Venceu Japão (1 a 0), Alemanha (2 a 1) e Chile (4 a 0), e perdeu para Canadá (2 a 0) e Estados Unidos (2 a 1). Disputou também a Finalissima com a Inglaterra. Após empate por 1 a 1, acabou sendo derrotado nos pênaltis.

## LULA VISITA SELEÇÃO

No sábado (1º), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou as jogadoras da Seleção Brasileira Feminina durante treino no estádio Mané Garrincha, em Brasília. Ele cumprimentou as jogadoras e fez um discurso defendendo a igualdade de condições entre o esporte masculino e o feminino.

“Nós precisamos garantir a prática de esporte para as mulheres na mesma proporção e na mesma quantidade que os homens já tiveram na vida”, afirmou o presidente.

O presidente da República disse que sonha com um futebol feminino que lote os estádios regularmente.

“A gente vai evoluindo. Eu sonho que um dia o futebol feminino possa lotar os estádios como o futebol masculino. É um trabalho de politização da sociedade, um trabalho de divulgação. É um trabalho de convencimento”, declarou.

# Encontro convoca mil sindicatos para debate sobre os direitos trabalhistas



## Petroleiros fazem protestos e iniciam greve no Ceará contra privatização da refinaria Lubnor

Na última terça-feira (27), os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás de todo o país protestaram contra a venda da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), no Ceará. Os petroleiros cearenses entraram em greve por tempo indeterminado a partir das 7 horas e prometem manter a greve até que a privatização seja paralisada.

Atos em solidariedade e apoio aos cearenses foram realizados nos estados do Amazonas (Reman), Pernambuco e Piauí (Refinaria Abreu e Lima e Terminal de Suape), Bahia (Taquipe), Minas Gerais (Regap), Caxias do Sul (Reduc), Norte Fluminense (Heliporto do Farol), Mauá, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Six e Repar), Rio Grande do Sul (Refap) e Espírito Santo (UTGC).

“A Lubnor é responsável por entregar às distribuidoras locais óleo diesel, gasolina, querosene de aviação e GLP provenientes de outras refinarias, terminais, transportados até Fortaleza por navios, em operações de cabotagem ou, eventualmente, importação. A venda da Lubnor pode acarretar desabastecimento desses navios, impactando negativamente exportações e importações”, alerta o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Durante as mobilizações, a categoria denunciou o arbitrário processo de privatização da Lubnor, aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), afirmando que a venda da refinaria faz parte do desmonte da Petrobrás, intensificado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2019, quando a gestão da empresa assumiu o compromisso de se desfazer da metade da capacidade de refino e privatizou oito das treze refinarias.

“Se concretizada, essa venda lesiva para o povo brasileiro e o povo nordestino, representará a continuação do projeto político e econômico derrotado nas urnas nas eleições do ano passado. Mais uma vez, estamos frente a um caso de nítida transferência de patrimônio estatal para um grupo privado”, disse a FUP em nota.

O presidente do Sindipetro-CE/PI, Fernandes Neto, chama a atenção também para os riscos de criação de um monopólio privado na região, além do impacto negativo, econômico e social que o estado do Ceará amargará com a privatização. “Uma empresa privada não tem o compromisso com o abastecimento do mercado interno. Se for mais lucrativo, eles podem preferir exportar. A Petrobrás tem como prioridade o abastecimento do mercado interno”, explicou.

A Lubnor possui mais de 500 trabalhadores e é responsável por cerca de 10% da produção de asfalto no país, além de produzir lubrificantes naftênicos, matéria produto para isolante térmico para transformadores de alta voltagem, amortecedores para veículos e equipamentos pneumáticos. A refinaria também é responsável por abastecer todos os estados do Nordeste, além de fornecer derivados para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins.

## Pedro Guimarães é processado por danos morais: “Colocava pimenta na comida de funcionários”

O ex-presidente da Caixa Econômica Federal na gestão Bolsonaro, Pedro Guimarães, além de já ser réu na Justiça Criminal por acusações de assédio e importunação sexual, também está sendo processado por danos morais.

Depois de ser condenada a pagar indenização a funcionários na Justiça do Trabalho, a Caixa entrou com um processo contra Pedro Guimarães por humilhar funcionários. O ex-presidente do órgão é acusado de forçar as pessoas a comerem pimenta e também de praticar homofobia, ao chamar servidores de “bambi”. Conforme as denúncias, as condutas de Pedro Guimarães ocorriam durante viagens de trabalho.

“Muitos depoimentos revelam que o ex-presidente fazia brincadeiras constrangedoras aos funcionários, como jogar as pessoas no rio (a Testemunha 24 disse que um funcionário se afogou numa destas brincadeiras), colocar pimenta na comida das pessoas”, diz trecho da investigação feita pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Conforme outro trecho da investigação, “a Testemunha 24 disse que já presenciou as meninas ficarem várias vezes o dia inteiro sem comer por conta da pimenta que o ex-presidente colocava na comida delas nas via-

gens e a Testemunha 26 viu o ex-presidente colocando pimenta no prato de uma funcionária”, diz a denúncia.

Pedro Guimarães foi um dos principais aliados de Bolsonaro, tendo sido indicado ao cargo logo nas primeiras semanas do mandato do ex-presidente e só o deixando em meados de 2022, quando as denúncias de seu comportamento escabroso e doentio vieram à tona e ele foi obrigado a renunciar.

As primeiras denúncias foram de assédio sexual envolvendo várias funcionárias. Quando as investigações do MPT avançaram, outras atrocidades e práticas abusivas cometidas pelo indivíduo foram surgindo.

Como a Caixa terá que pagar os danos morais para os funcionários vítimas das humilhações de Pedro Guimarães, o órgão entrou com a ação para tentar reaver uma parcela dos valores que teve que gastar. “A Caixa esclarece que ingressou com pedido junto à Justiça Federal para ser admitida como assistente de acusação do Ministério Público na ação criminal ajuizada contra o ex-dirigente. O banco também ajuizou ação de ressarcimento dos valores a que foi condenada a pagar na Justiça do Trabalho por assédio moral praticado contra empregado”, disse o banco.



Idemar Martini, um dos organizadores do Fórum Sindical Ampliado



## Manifestação dos enfermeiros realizadas na última sexta-feira (30) Supremo Tribunal Federal cria barreiras para implementação do piso salarial da enfermagem

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, na última sexta-feira (30), o julgamento sobre a implementação do piso nacional para os profissionais da enfermagem. A votação reconheceu a constitucionalidade do piso, mas impôs condicionantes que inviabilizam a aplicação da lei em sua totalidade.

Conforme a decisão da Corte, apenas aos servidores públicos federais o piso deve ser concedido na integralidade, sem condicionantes. Já aos servidores de estados, municípios e entidades filantrópicas que atendem mais de 60% de pacientes do SUS, o pagamento de repasse integral de recursos complementares da União, hoje em cerca de R\$ 7,3 bilhões, e o pagamento do piso será proporcional à jornada.

Já para os profissionais de entidades privadas, o pagamento do piso fica condicionado à prévia negociação sindical, atrelado à carga horária de 44 horas

semanais, o que para as entidades representativas de enfermeiros e técnicos, muda o caráter da conquista. Como não houve consenso de como serão as regras para essas negociações coletivas, ainda há possibilidade de que o tema seja levado ao plenário presencial do STF para uma definição.

Na manhã desta segunda-feira (3), sob a palavra de ordem “respeita a enfermagem”, profissionais voltaram a protestar em Brasília contra a decisão do STF. Usando spray de pimenta para dispersar o protesto, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) chegou a prender um manifestante.

Para o Conselho Federal da Enfermagem (Cofen), a votação pela constitucionalidade do piso nacional, sem a sua regionalização – defendida pelos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Nunes Marques – foi “uma conquista histórica da enfermagem”, mas lamenta que

a integralidade da lei aprovada no Congresso tenha sido perdida. “Sempre defendemos a constitucionalidade do Piso Salarial Nacional e sua aplicação integral”, afirma a presidente do Cofen, Betânia Santos. “Os condicionantes indicados podem retardar o pagamento, prejudicando os profissionais, mas é positivo o reconhecimento da constitucionalidade de uma lei aprovada após ampla pactuação social, em votações quase unânimes do Congresso”, diz.

A Lei Nacional do Piso foi aprovada no Congresso Nacional em 14 de julho de 2022, que promulgou uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que tornava o piso salarial de R\$ 4.750 para enfermeiros constitucional. A lei foi sancionada pelo presidente Lula em 12 de maio. Além dos enfermeiros, lei previa também o piso de R\$ 3,3 mil para técnicos de enfermagem e R\$ 2,3 mil para auxiliares e parteiras.

Para Martini, reforma trabalhista foi um golpe contra “um dos pilares essenciais da democracia brasileira: os sindicatos”. Encontro será realizado no próximo dia 6

Idemar Antônio Martini, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina (FETIESC), anunciou, em entrevista exclusiva ao HP, a convocação pelo Fórum Sindical Ampliado (FSA), de um megaencontro virtual de entidades sindicais com a participação do ministro do Trabalho, Luiz Marinho. “A data foi sugerida pelo próprio ministro. A nossa meta é superar a barreira de mil sindicatos”, afirmou.

“Pretendemos, com apoio do Marinho, de senadores e deputados, exercer uma legítima pressão para sensibilizar o presidente Lula a revogar, o mais urgente possível, as reformas contra os direitos dos trabalhadores e a organização sindical”, esclareceu Martini.

“O neoliberalismo é a política econômica do fascismo”. Para Martini, a reforma trabalhista foi um golpe contra “um dos pilares essenciais da democracia brasileira: os sindicatos, que são a alma da negociação coletiva entre patrões e trabalhadores; e a Justiça Trabalhista”.

“Temer, ao decretar que a contribuição sindical de um dia de trabalho não era mais obrigatória, asfixiou, quase até a morte, milhares de sindicatos. A arrecadação em 2017, ano da reforma, era de 3 bilhões de reais, e hoje é de 53,6 milhões de reais. O empresariado arrecadou pelo Sistema ‘S’, no ano passado, segundo a Folha de São Paulo, 27,6 bilhões de reais. O sistema financia as atividades sindicais do empresariado”.

Para Martini, “Temer e Bolsonaro prepararam o terreno para aproximar o máximo o trabalhador da informalidade”. Deu como exemplo o fato de que deixou de ser obrigatória a presença do sindicato nas negociações. “A negociação individual prevalecer à negociação coletiva e o negociado estar acima do legislado. Além disso, criaram obstáculos quase intransponíveis de acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, além de fecharem o Ministério do Trabalho”.

“A homologação do trabalhador demitido no sindicato, para evitar que

seja lesado, deixou de ser obrigatória, dissídio na Justiça só por consenso das partes (ou seja nunca), além do fim da ultratividade, que garante a validade do acordo anterior, enquanto não se chega a um novo acordo”.

“Na reforma não faltaram os requintes de crueldade”, observou o dirigente sindical. A terceirização total, o trabalho intermitente, que o trabalhador fica à disposição do patrão, mas só ganha pelo que trabalhou, a mulher grávida que pode trabalhar em local insalubre, desde que com liberação do médico da empresa, meia hora de almoço, jornada de doze horas, para citar alguns”.

“Nessa hora é pecado mortal a falta de foco. Vamos recuperar nossos direitos com mobilização, na rua, no Congresso, em audiências públicas. Estamos decididos a que nos ouçam. Dia 6, a meta é bater as mil entidades, e não iremos parar aí”, garantiu.

“Nosso movimento vem crescendo aceleradamente, abrindo um imenso espaço na defesa dos direitos e da estrutura sindical. E ainda tem muito espaço a ser ocupado”, avalia.

Segundo o dirigente sindical, o FSA tem insistido na presença do Ministro do Trabalho nas discussões. Em ofício, o Fórum diz que “por três vezes tentamos agendar uma audiência com Vossa Excelência com o propósito de lhe apresentar as minutas de um Projeto de Lei, construído nas bases (...), todas reagendadas em datas propostas pelo Ministério e por ele mesmo suspensas sem tempo de desmobilizá-las, inclusive a última, do dia 22 de junho, com mais de 600 entidades”, informou.

Martini disse que “só podemos imaginar os motivos, talvez a pressão de quem preferiu mudar de assunto ou tirar proveito da desordem bolsionarista”.

O sindicalista defendeu que as medidas mais imediatas sejam revogadas por Projetos de Lei. “Não vai dar para revogar tudo, revoga-se o principal e continuamos a luta pelo restante”, concluiu.

CARLOS PEREIRA

## Acordos coletivos têm aumento real em 88% das negociações de maio

O Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou, nesta segunda-feira (26), um levantamento apontando que 88% das 759 negociações da data-base de maio garantiram reajustes acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 11% das negociações, analisadas pelo Dieese até 6 de junho, foram apresentados resultados iguais ao INPC e apenas 0,5% ficou abaixo do índice de preços.

De acordo com o estudo, um dos fatores que contribuíram para o bom desempenho das negociações de maio foi a queda da inflação. As categorias negociaram a reposição de perdas salariais de 3,83% (INPC), que cobrem o período de 12 meses até maio de 2023. Para a data-base de junho, o índice do reajuste necessário para recomposição do poder de compra dos

salários será de 3,74%. De acordo com a pesquisa, a variação real média dos reajustes (média dos reajustes descontada a inflação) foi de 1,91% acima do INPC. Já a variação real média dos reajustes de 2023 está em 0,99% acima do INPC.

O desempenho das negociações nos serviços segue semelhante ao da indústria, com ganhos reais em cerca de 75% dos reajustes analisados. No comércio, o peso dos resultados acima da inflação é comparativamente menor, embora também seja expressivo: mais da metade dos instrumentos coletivos no setor (52,8%) foi superior ao índice inflacionário.

O Dieese aponta, ainda, que no agregado de 2023, cerca de 72% dos 4.550 reajustes analisados até o momento registraram ganhos acima da inflação. Outros 21% tiveram resultados iguais à inflação e 6,5% não conseguiram repor as perdas salariais.



# Colapso de empresa inglesa atesta fracasso da privatização da água



Zyuganov em evento à memória de Lenin

## “Vamos unidos derrotar o fascismo”, conclama PC da Federação Russa

“Na noite de 24 de junho, representantes do PMC ‘Wagner’ bloquearam as atividades das autoridades militares em Rostov e fizeram várias declarações altissonantes. Claro que o sanguinário regime de Zelensky está tentando tirar vantagem dessa situação. Apressadamente concentrou duas brigadas de fuzileiros navais para um possível ataque a Artyomovsk”, afirma a Declaração do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, aprovada no domingo (25), sobre a situação criada no país pelo motim dos mercenários, pouco antes do acordo que o sustou ser anunciado.

“Nesta situação crucial, o apelo do Presidente da Federação Russa para a unidade de nossos concidadãos face às ameaças externas merece compreensão e apoio. As tentativas dos globalistas de destruir a Rússia se traduzem na necessidade de deixar de lado todas as ambições e defender a Pátria – como nossos pais e avós a defenderam”, enfatiza o PC.

“Deve ser lembrado que os exemplos mais marcantes de unidade nacional foram demonstrados pelo governo soviético. Diante da ameaça do fascismo, deu respostas que se tornaram a chave da Grande Vitória em maio de 1945. Vencendo a divisão de classes, reunindo as nações e os povos da URSS, superando os preconceitos nacionalistas, garantiu a verdadeira unidade nacional”, marca o documento assinado pelo presidente do partido, Gennady Zyuganov.

Alertando sobre os problemas que as privatizações e a diminuição do papel do Estado trazem para o povo, o PC aponta: “Os comunistas alertaram repetidamente que os métodos neoliberais são destrutivos para a Rússia em tudo – seja na economia ou na cultura, na vida social ou na construção de estruturas de poder. O próprio sistema de companhias militares privadas é um produto de visões liberais sobre a organização da sociedade. Apesar do heroísmo e do auto-sacrifício de lutadores do Wagner na luta contra o nazismo, a organização dos assuntos militares nos princípios dessa ‘Companhia Militar Privada’ (PMC) é cruel. A força do vitorioso Exército Vermelho consistia, antes de tudo, em sua ligação de sangue com o povo”.

A declaração sublinha que “a situação mais uma vez levanta a questão da importância do controle público sobre as atividades dos órgãos estatais. O governo deve confiar no povo se quiser que o povo confie nele. Missões de combate e questões de segurança nacional não podem ser resolvidas por estruturas comerciais. As Forças Armadas exigem unidade de comando. Ao mesmo tempo, os cidadãos devem ter mecanismos de controle da atuação dos órgãos de segurança para que seus representantes não sejam tentados a aventuras”.

E, apontando para os problemas que o país enfrenta por se afastar de uma política nacional mais firme, insiste em que “uma solução efetiva e completa das tarefas de desmilitarização e desnazificação da Ucrânia só é possível com base em uma mudança no antigo curso na própria Rússia. A rejeição total do neoliberalismo na vida do Estado é um imperativo urgente dos tempos. A implementação de um novo programa de criação e desenvolvimento não pode mais ser adiada nem por um único dia”.

“Com a intensificação das hostilidades na frente de batalha, o motim militar na retaguarda do exército no campo deve ser liquidado. Devemos parar com esta provocação e fazer tudo para a vitória completa sobre o fascismo na zona da operação militar especial. Os objetivos da desmilitarização e desnazificação da Ucrânia são uma questão de futuro dos povos russo e ucraniano, de todos os povos do vasto espaço eurasiático e de todo o mundo”, defende.

“O inimigo será derrotado! A vitória será da nossa gente!”, conclui.

## Porto Rico se levanta contra o tarifação de energia elétrica

Milhares de manifestantes, entre trabalhadores, comerciantes, líderes religiosos, intelectuais, economistas, professores e aposentados, saíram às ruas de Porto Rico na quarta-feira (28) para protestar contra o aumento da conta de luz em meio a uma crise de pagamento devido às altas tarifas impostas.

O receio dos porto-riquenhos é que a elevação das tarifas deve provocar um aumento na cadeia de produtos essenciais.

A marcha sob o lema “Chega de aumentos”, repudiou um plano de ajuste da dívida da Autoridade Estadual de Energia Elétrica (AEE), em meio a um processo de privatizações, que hipotecará os portorriquenhos pelos próximos 50 anos.

Lideranças sindicais denunciaram que avança o desmantelamento de empresas públicas, como a AEE, que no dia 1º de julho será entregue à Genera PR, empresa gerenciada por grupos econômicos dos Estados Unidos e do Canadá que funcionam isentos de impostos.

“Não podemos ficar calados, enquanto eles nos destroem; por isso estamos unidos como povo, (incluindo) aqueles que acreditavam que com as privatizações resolveríamos o problema que os partidos políticos que nos governam há anos criam”, disse Josué Mitjá, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Eletricidade e Irrigação (Utier).

Ele destacou que a privatização, que é política pública do governo do governador Pedro R. Pierluisi, do Partido Novo Progressista (PNP), partidário da manutenção da anexação aos Estados Unidos, tem representado a mostra da enganagem.

Ao mesmo tempo, o Conselho de Supervisão Fiscal (JSF) estabelecido por Washington para controlar as finanças de Porto Rico “impulsiona um pacote de medidas para corroer gradualmente nossa viabilidade futura como povo. O governo de plantão tem mostrado a sua verdadeira cara:



Governo inglês estuda nacionalização de emergência da empresa privada de água

## Manifestações por “Justiça para Nahel” se alastram e França baixa toque de recolher

O governo francês mobilizou 45 mil policiais e gendarmes [guardas fortemente armados], e dezenas de cidades impuseram toque de recolher obrigatório na tentativa de conter a onda de protestos contra a polícia pela execução do adolescente negro Nahel M. em Nanterre, nos arredores de Paris, na terça-feira (27) à noite. Mais de 875 manifestantes foram presos e mais de 2.000 veículos já foram consumidos pelas chamas, na fúria da população exigindo Justiça.

Em frente à Prefeitura de Paris e em mais de 90 cidades, milhares de pessoas foram às ruas para exigir a renúncia do ministro do Interior, Gérald Darmanin. Os cartazes no alto desnudavam a triste realidade: “A polícia é racista e mata crianças”, “90% das pessoas mortas pela polícia não são brancas”, e “Aos 17 anos não se brinca mais de polícia e ladrão”.

Um vídeo captado pelas câmeras de vigilância e popularizado nas redes sociais mostra quando o jovem de 17 anos foi morto e como lhe é disparado à queima-roupa. Se escuta claramente: “Você vai levar um tiro na cabeça”.

O governo admite que a situação é caótica, havendo 500 prédios danificados e centenas de empresas saqueadas. Darmanin informou que ônibus e bondes deixariam de circular “o mais tardar às 21 horas” em todo o país “todas as noites até novo aviso” na tentativa de reduzir a intensidade dos distúrbios noturnos. Não se pronunciou sobre a sua



Cartaz denuncia os assassinatos pela polícia

renúncia.

“No atual contexto de fortes tensões”, anunciaram as autoridades, todas as festas nos colégios e liceus da academia de Versalhes, a maior da França, estão canceladas até o final do ano letivo, enquanto a manutenção das feiras, para as escolas, será decidida “caso a caso”.

O município de Clamart foi o primeiro a introduzir um toque de recolher, em vigor a partir das 21 horas até às seis horas segunda-feira. Em Neuilly-sur-Marne, onde sete viaturas da polícia municipal foram consumidas pelas chamas, a Prefeitura decidiu impor toque de recolher em bairros da cidade. Em Compiègne, no Oise, menores de 16 anos desacompanhados não poderão andar à noite sem os pais ou um representante legal.

A prefeitura de Lyon proibiu todas as manifestações, mas convocou para comícios “contra o racismo, o crime e a violência policial” foram amplamente divulgadas nas redes sociais.

Diante da dimensão do

protesto, o presidente da França, Emmanuel Macron, necessitou abandonar mais cedo nesta sexta-feira (30) o Conselho Europeu em Bruxelas e regressou a Paris para uma reunião de emergência.

“Um terço dos detidos ontem à noite são jovens ou muito jovens. Apelo à responsabilidade dos pais”, disse Macron, garantindo que serão tomadas “várias medidas nas próximas horas”, com a mobilização de “recursos adicionais” para fazer face às confrontações. Da mesma forma, disse que departamentos franceses “mais afetados” pela revolta vão cancelar todos os eventos festivos até nova ordem. Nem uma palavra sobre a mudança na criminosa política repressiva aplicada pela polícia contra a juventude, particularmente da periferia.

Completamente deslocado da realidade, o presidente francês elogiou a resposta “rápida e adequada” das forças de segurança, na sequência de três noites consecutivas de tumultos.

## Forças de ocupação israelense matam 8 palestinos e ferem 50 no ataque a Jenin

As forças de ocupação israelenses mataram pelo menos oito palestinos – três deles, adolescentes – e feriram mais de 50 na segunda-feira (3), na maior incursão em 20 anos a cidade Jenin, na Palestina, com centenas de soldados e bombardeio com mísseis e drones. Em um incidente separado, um nono palestino foi morto a tiros por soldados israelenses perto de Ramallah.

A cidade de Jenin foi construída em torno de um dos campos de refugiados palestinos que tiveram que abandonar seus lares quando da implantação de Israel que se deu em paralelo a ações terroristas para realizar uma limpeza étnica dos povos palestino no que viria a ser o idealizado Estado Judeu, em 1948.

A Autoridade Palestina classificou o ataque de “crime de guerra” e a matança foi repudiada veementemente pela Liga Árabe e pela Organização de Cooperação Islâmica. Egito, Jordânia, Emirados Árabes e Turquia também condenaram. Já a Casa Branca deu aval à matança em Jenin como “direito de defesa” de Israel.

O enviado da ONU, Tor Wennesland, pediu a “des-



Jenin sob ataque aéreo da ocupação israelense

calada” e a “proteção da população civil”. Segundo o mais recente relato da Al Jazeera, a razia se estendeu por 20 horas e novos ataques são relatados.

O repórter Alan Fisher, da Al Jazeera, relatou que o ar está ficando pesado com a fumaça enquanto os protestos continuam, com uma dúzia de jovens jogando pedras nos israelenses. Também houve uma grande explosão perto da mesquita. Enquanto Israel diz que a operação não tem “hora para acabar”, o campo teve água e energia elétrica cortadas e até mesquitas foram profanadas.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

De acordo com relatos, governo Sunak estuda a ‘nacionalização de emergência’ da maior fornecedora de água da Grã Bretanha, que atende 15 milhões de pessoas em Londres e região sudeste

“O experimento conservador da privatização foi um fracasso devastador”, afirmaram sindicatos britânicos diante da iminente inadimplência da Thames Water, cuja executiva-chefe renunciou na terça-feira, e dos relatos de que ministros do governo Sunak estão preparando uma nacionalização de emergência, assinalou o jornal inglês Morning Star.

Privatizada por Margaret Thatcher em 1989, a Thames é a maior fornecedora de água da Grã Bretanha, atendendo 15 milhões de pessoas em Londres e no sudeste do país com 2,5 bilhões de litros diários de água potável e tratando 4,7 bilhões de litros de águas residuais. Em março, a endividada empresa havia levantado £ 500 milhões sem conseguir deter o colapso da empresa.

“As famílias do Reino Unido foram roubadas por gananciosas empresas de água por muito tempo. Essas empresas obtiveram bilhões em lucros ao destruir nossos rios com esgoto bruto”, denunciou o secretário-geral da central sindical TUC, Paul Nowak.

“Está claro que o experimento de privatização foi um fracasso devastador. Funcionários e contratados agora precisam de uma garantia categórica de que seus salários, pensões e condições serão protegidos”, disse o dirigente nacional do sindicato GMB, Gary Carter.

“Quarenta anos desde a privatização e quase não vimos investimentos em infraestrutura e mão de obra, enquanto acionistas e gatos gordos drenavam fortunas do setor”, ele acrescentou.

Para Nowak, “a privatização é o problema, e a regulamentação não vai resolvê-lo. A Thames Water deve ser tomada como propriedade pública permanentemente. Bilhões em dívidas – contraídas em benefício de provedores – não devem ser despejadas no público”.

Ele enfatizou ainda que “a melhor maneira de manter as contas de água acessíveis e de limpar nossos rios é acabar de vez com o lucro. Cada centavo de cada conta deve ser investido de volta em nosso abastecimento de água. E todas as empresas de água devem ser devolvidas ao poder público”.

### CASTELO DE CARTAS

Já Carter responsabilizou o governo e órgãos reguladores por “dormirem ao volante enquanto os salários dos executivos da Thames aumentavam e a relação dívida/ativos da empresa subia para um nível insustentável de 10:1”.

“Este recurso público vital foi exaurido por parasitas de private equity”, denunciou o líder sindical. “Com as taxas de juros subindo vertiginosamente, a coisa toda é um castelo de cartas esperando para desabar”.

Um porta-voz do regulador Ofwat confirmou que “no último dia, houve muitos comentários sobre a resiliência financeira no setor de água, com foco considerável na Thames Water em particular”.

Ofwat reconheceu que “a Thames Water tem problemas significativos a resolver – seu registro ambiental e desempenho de vazamento, por exemplo, são ruins. Juntamente com a recuperação de seu desempenho operacional, eles também precisam melhorar sua resiliência financeira”.

Um porta-voz do governo disse anteriormente que se prepara para uma “variedade de cenários” em setores regulamentados, como o setor de água. Por sua vez a mídia britânica assinalou que o agravamento da crise da empresa levou o órgão regulador Ofwat, o Departamento de Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais e o Tesouro a discutirem o futuro da empresa.

Uma das opções que aparentemente está sendo considerada, registrou o Morning Star, é colocar a Thames Water sob o chamado “regime de administração especial” [SAR, na sigla em inglês], que é usado apenas em circunstâncias extremas, quando um negócio em um setor vital, como água ou energia, é grande demais para ser permitido falir.

Essa medida só foi usada uma vez antes – quando a fornecedora de eletricidade Bulb Energy entrou em colapso em novembro de 2021.

### SITUAÇÃO DELICADA

A secretária de Negócios Kemi Badenoch disse que estava “muito preocupada” com as divulgações, mas que esforços devem ser feitos para garantir que a empresa “sobreviva”. Obviamente – continuou –, esta é “uma situação comercialmente sensível”.

“No momento, ou certamente até agora, o regulador tem se concentrado em manter as contas dos consumidores baixas, mas há muito trabalho de infraestrutura que precisa ser feito e precisamos que essa entidade sobreviva e continue”.

No parlamento, a ministra do Meio Ambiente, Rebecca Pow, disse que a população precisa “ter certeza de que seus suprimentos serão protegidos, tanto de água quanto de águas residuais”.

Já a direção da Thames assevera que está discutindo “com os acionistas” e que o Ofwat está a par das suas iniciativas. Segundo o jornal Independent, a empresa vem buscando levantar £ 1 bilhão “para escorar suas finanças”, com a consultoria da Alix-Partners. A dívida é de £ 14 bilhões.

Desde o ano 2000 até os dias de hoje, houve 1.609 reestatizações de serviços públicos ao redor do mundo, incluindo os de distribuição de água. Entre os países europeus, a Alemanha foi o que mais reestatizou com 21 empresas privadas que forneciam água, de um total de 407 desprivatizações diversas.

Na recente reestatização do fornecimento de água em Setúbal, Portugal, a queda nas tarifas ficou em 20% (geral) e 60% na tarifa social.

## ONU denuncia a tortura de detentos pelo regime de Kiev

A ONU registrou um aumento significativo nas violações da lei pelos militares da Ucrânia, de acordo com o relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), entre as quais a tortura e abuso sexual de mais de 40 prisioneiros em prisões ucranianas, além de desaparecimentos forçados.

“Dos detidos entrevistados e relacionados ao conflito, 43 [34 homens e nove mulheres] forneceram relatos críveis de tortura e maus-tratos cometidos por agentes da lei, militares ou guardas em instalações de detenção não oficiais ou muito menos – em centros de detenção oficiais”, relata o documento. O ACNUDH documen-

to ainda 75 casos de detenção arbitrária de civis (17 mulheres, 57 homens e um menino), “alguns dos quais estão entre os desaparecimentos forçados, cometidos principalmente por agências policiais ou pelas Forças Armadas da Ucrânia”.

Ainda segundo o relatório, civis que ajudaram a distribuir e entregar a ajuda humanitária aos territórios controlados pela Rússia foram presos na Ucrânia por “cooperar com o inimigo”.

As conclusões do OHCHR são baseadas em 1.136 entrevistas com vítimas, testemunhas e outros, 274 visitas in loco e 70 visitas a locais oficiais de detenção administrados pelas autoridades ucranianas.

# Papa recebe esposa de Assange, jornalista perseguido pelos EUA



Lindner, ministro das Finanças da Alemanha

## Alemanha fica sem dinheiro para UE depois de queimar recursos na guerra de Kiev

Por causa dos “gastos não planejados” na Ucrânia, a UE está ficando sem dinheiro, segundo a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, registrou a edição alemã da RT no sábado (1º).

Admissão que confirma declaração anterior do ministro das Finanças alemão, Christian Lindner, alegando que Berlim não tinha como prestar apoio financeiro adicional ao orçamento da União Europeia, porque está tendo que contar tostões, conforme registrou o portal Sputnik.

De acordo com Lindner, bilhões de euros em apoio militar, econômico e financeiro direto para a Ucrânia e mais bilhões fornecidos através de instituições da UE esgotaram completamente o orçamento alemão.

“Tendo em vista os cortes necessários no nosso próprio orçamento nacional, não podemos atualmente fazer quaisquer contribuições adicionais para o orçamento da União Europeia”, disse Lindner em uma entrevista ao portal Welt.

As observações do ministro das Finanças vêm na sequência de queixas da Comissão Europeia de que a ajuda à Ucrânia “esgotou ao máximo” o orçamento do bloco de longo prazo 2021-2027, sugerindo que a Alemanha e outras grandes economias da UE devam contribuir para compensar a diferença.

De acordo com o Instituto Kiel para a Economia Mundial, a Alemanha forneceu cerca de 4,24 bilhões de euros em ajuda militar, 1,74 bilhões (euros) em ajuda econômica e 1,3 bilhão em ajuda financeira à Ucrânia entre janeiro de 2022 e fevereiro de 2023. Já as instituições da União Europeia, nas quais Berlim contribui muito, se comprometeram a entregar 3,6 bilhões de euros em ajuda militar, 1,61 bilhão de euros em ajuda humanitária e 30,32 bilhões de euros em assistência financeira a Kiev durante o mesmo período.

A Alemanha está em terceiro lugar – atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido – em termos de apoio militar e econômico total à Ucrânia.

### SANÇÕES E RECESSÃO

Por outro lado, para a economia alemã a consequência da decisão de Berlim de seguir caninamente as sanções dos EUA contra a Rússia – ou seja, trocar o gás russo barato por gás de fracking norte-americano caro, minando a indústria alemã – é empurrar a principal potência industrial europeia para a recessão.

Leia mais no site da Hora do Povo

## Lei de Imprensa da UE permite que governos espionem jornalistas

A Lei de Imprensa aprovada recentemente em Bruxelas pela União Europeia possibilita aos 27 Estados-membros instalar um spyware – software espião no celular ou no computador – dos jornalistas sem o seu consentimento para monitorar as atividades online, o histórico e os dados pessoais do profissional a fim de repassar as informações para terceiros.

Em atitude mal disfarçada, as autoridades fizeram uma adaptação linguística, fazendo que em vez de spyware, os sistemas passem a ser denominados “softwares de vigilância intrusiva”, na tentativa de distanciar-se do termo vinculado à prática de escutas ilegais.

Reagindo contra o flagrante atropelo, a Federação Europeia de Jornalistas, representando mais de 300 mil membros, denunciou a intenção da UE como um “golpe à liberdade de imprensa”. Em inúmeras oportunidades os governos europeus já tentaram impossibilitar que os profissionais informassem a população, encarcerando jornalistas e “bloqueando” verdades que incomodam seus governos ou que possam vir comprometê-los.

A manobra foi chamada pela coa-

lização de jornalismo Investigative Europe de “cheque em branco para espionar jornalistas”. Para tentar camuflar a censura, explicam, a praticam alegando fins nobres e justificáveis como garantir a “segurança nacional” ou para investigar crimes hediondos, como terrorismo, tráfico de seres humanos e de armas, exploração de crianças, estupro e homicídios, que são aquilo que os jornalistas investigam.

“Não há um motivo legítimo para espionar os jornalistas”, afirmou Lucy Komisar, uma jornalista investigativa de Nova York, para quem “esta lei visa pessoas identificadas como jornalistas, não como espíões, terroristas ou criminosos”. “O jornalismo não é um crime, a menos que Julian Assange seja isso. O verdadeiro motivo é proteger os funcionários governamentais dos jornalistas que relatam suas políticas inadequadas, abusos e corrupção”, frisou.

De acordo com a Sputnik, a nova regulamentação foi proposta pela Comissão Europeia em setembro de 2022, mas tem encontrado uma enorme oposição, seja dos profissionais como da opinião pública.

Leia mais no site do HP



Francisco concede audiência a Stella Assange, que também é advogada do jornalista

## Chefe da Otan diz que queimar o Alcorão na Suécia foi um ato legal

O secretário-geral da aliança imperial Otan, Jens Stoltenberg, reagiu à indignação causada em boa parte do mundo pela queima do Alcorão – o livro sagrado da fé islâmica – na capital da Suécia, dizendo que “não é ilegal”, embora dizendo entender a “emoção e a profundidade do sentimento que isso causa”.

A queima foi permitida pelas autoridades da Suécia – país que se candidatou à Otan –, a pretexto da ‘liberdade de expressão’. A profanação ocorreu no dia 28 de junho, primeiro dia do Eid al Adha ou Festa do Sacrifício, uma das festividades mais importantes do mundo muçulmano. O fanático Salwan Momika teve permissão das autoridades suecas para untar com banha um Alcorão, antes pisoteado, e em seguida atear fogo, na frente de uma mesquita na capital sueca e sob proteção policial.

Para Stoltenberg, tais ações – queimar o Alcorão – “não são necessariamente ilegais em sistemas jurídicos soberanos”, embora o sacripanta admita que possam ser “ofensivas e censuráveis”.

O mestre de cerimônias da Otan – quem manda mesmo na aliança bélica é um general norte-americano – disse ainda defender “o direito de discordar”, já que isso também faz parte da liberdade de expressão. A declaração foi feita na conferência de Imprensa conjunta com o primeiro-ministro búlgaro Nikolai Denkov na sede da Otan em Bruxelas.

A guisa de álibi, o primei-



Jens Stoltenberg, secretário-geral da Otan

ro-ministro sueco, Ulf Kristersson, qualifique de “inapropriada” a profanação, não sem antes defender a permissão concedida para a queima do Alcorão.

Se em algum recanto do sul global, algum extremista tivesse queimado uma bíblia cristã ou danificado um candelabro judaico, estaria sendo executado pela mídia ocidental – o que seria justo e merecido –, mas quando é a fé alheia, aí alegam cianicemente que se trata de “liberdade de expressão”.

A ofensa causou reação imediata das pessoas de bem no mundo e, claro, de parte de mais de 50 países que professam majoritariamente a fé no Alcorão, e que compreendem 1 bilhão de pessoas aproximadamente.

No Iraque, manifestantes invadiram brevemente a Embaixada da Suécia na zona verde de Bagdá, em protesto. O presidente turco Recep Tayyip Erdo-

gan – de cujo voto depende a entrada da Suécia na Otan – chamou a queima do Alcorão de “desprezível”.

“Os inimigos do Islã e da humanidade tentam escurecer este clima com provocações protegidas pela polícia. O desprezível ataque na Suécia é um deles. Quem permite que isso aconteça e quem consente com esse ato desprezível não poderá realizar suas ambições”, afirmou.

Ancara instou Estocolmo a tomar medidas concretas para levar as barras dos tribunais as pessoas envolvidas na queima do Alcorão. “Esta provocação não tem nada a ver com a liberdade de expressão. Exortamos as autoridades suecas a tomarem medidas concretas. A ação não tem nada a ver com a democracia, pelo contrário, é um golpe contra a democracia, contra os valores democráticos”, disse o vice-presidente da Turquia, Jevdet Yilmaz.

Leia mais no site do HP

## Austrália apresenta legislação para multar big techs por ‘fake news ou desinformação’

Empresas de mídia social como Twitter e Facebook podem ser multadas substancialmente sob o novo projeto de legislação do governo australiano contra a disseminação de desinformação ou fake news em suas plataformas, destacou o jornal The Age.

Sb os termos da nova legislação proposta, uma multa hipotética no caso mais grave de descumprimento, caso a violadora fosse a Meta, controladora do Facebook, chegaria a cerca de 8 milhões de dólares australianos (US\$ 5,35 milhões), segundo o jornal.

De acordo com a proposta da Autoridade Australiana de Comunicações e Mídia (ACMA), as empresas de mídia social serão obrigadas a manter registros mostrando seus esforços para conter a disseminação de tal desinformação online. Falhas repetidas quanto a isso podem levá-las a enfrentar multas de milhões de dólares.

“Desinformação semeia a divisão dentro da comunidade, mina a confiança e pode ameaçar a segurança pública”, disse a ministra das comunicações de Canberra, Michelle Rowland, no domingo. “O governo Albanês [trabalhista] está comprometido em manter

os australianos seguros online”, ela acrescentou.

De acordo com essa legislação, a ACMA teria o direito de impor um novo “código” de prática às plataformas de mídia social que repetidamente demonstrarem incapacidade de monitorar a disseminação de notícias falsas em seus serviços.

Também estabeleceria um ‘padrão’ em todo o setor para forçar a remoção de determinado conteúdo, exigindo métodos mais robustos para identificar desinformação e um uso maior de verificadores de fatos.

### NO BOLSO

Violações sistêmicas do código resultariam em uma multa máxima de 2,75 milhões de dólares australianos (US\$ 1,83 milhão) ou 2% do faturamento global – o que for maior. A penalidade máxima por quebrar um ‘padrão’ da indústria seria de 6,88 milhões de dólares australianos (US\$ 4,6 milhões) ou 5% do faturamento global – o que for maior.

Regras semelhantes foram impostas pela União Europeia às big techs no ano passado, também crian-

do multas vinculadas ao volume global anual de negócios.

A nova legislação visa superar as insuficiências dos códigos de ‘conduta’ voluntários existentes das big techs, desenvolvidos pelo Grupo da Indústria Digital (DIG). Rowland enfatizou que a lei foi projetada para “encontrar o equilíbrio certo” entre conter fake news e proteger a liberdade de expressão online”. Também não se aplicará a conteúdos independentes, informações eleitorais oficiais e serviços de notícias profissionais.

Apenas alguns dias antes, a eSafety, que tem um alcance mais limitado que a ACMA e se concentra exclusivamente no conteúdo online, ameaçou o Twitter com multas diárias de até 700.000 dólares australianos (US\$ 476.000), a menos que explicasse o que estava fazendo para combater o “discurso de ódio” em sua plataforma. A comissária Julie Inman Grant disse ter recebido “mais reclamações sobre ódio online no Twitter nos últimos 12 meses” do que em qualquer outra plataforma.

Leia íntegra no site do HP

“Julian Assange é perseguido desde 2010 enquanto os que cometeram as atrocidades reveladas por ele continuam impunes”, disse o jornal italiano Il Fatto Quotidiano, em carta pela liberdade do jornalista

O Papa Francisco recebeu em audiência na sexta-feira (30) no Vaticano a esposa e familiares do preso político nº 1 do mundo, o jornalista Julian Assange, que está na iminência de ser extraditado para os EUA, acusado de ‘espionagem’ por ter documentado e publicado os crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão, ameaçado de 175 anos de cárcere. Stella também participou em Roma de um ato com parlamentares e jornalistas pela libertação de Assange.

“Esta manhã, o Papa Francisco concedeu a mim e aos nossos filhos uma audiência privada. Estamos emocionados”, postou Stella Assange. Ela revelou que o Papa enviou uma carta ao marido em março de 2021, quando ele passava por um momento difícil. Assange está preso há quase quatro anos numa prisão de segurança máxima, Belmarsh, considerada a “Guantánamo britânica”, depois de ter passado sete anos refugiado na Embaixada do Equador.

“O Papa nos deu muito conforto e força e estamos muito gratos pela forma como ele se dirigiu à nossa família. Ele entende que Julian está sofrendo e está preocupado”, ela disse à agência norte-americana Associated Press. Stella estava acompanhada na audiência pelos dois filhos pequenos, Gabriel e Max, e pela mãe e o irmão de Assange. O Vaticano informou da audiência sem dar detalhes.

No ato “O caso Assange e o direito à verdade”, Stella afirmou que “o que está em jogo é o destino do jornalismo e da democracia”. Ela denunciou a perseguição implacável movida por Washington e a farsa grotesca dos tribunais ingleses contra o jornalista.

“Este é um caso político, não jurídico. Porque o que ele fez foi apenas revelar crimes cometidos por Estados, mostrar assassinatos de civis e todos os detalhes de guerras ilegais”.

### JORNALISTAS ITALIANOS

O presidente da Ordem Nacional de Jornalistas, Carlo Bartoli, anunciou aos presentes que Julian Assange receberá uma carteira de jornalista de honra da entidade. “Estamos aqui para defender não só a causa de um homem preso injustamente, mas também para defender um princípio que é o da liberdade de informação”.

Um dos principais jornais italianos, Il Fatto Quotidiano, somou-se a campanha pela imediata libertação de Assange, divulgando uma carta aberta que em poucas horas já havia recebido mais de 20 mil adesões.

“Enquanto Assange não é mais um homem livre desde 2010, os criminosos que cometeram as atrocidades denunciadas pelo Wikileaks desfrutam de suas famílias sem problemas. O mundo está de cabeça para baixo: criminosos livres e jornalistas, que tiveram a coragem de denunciá-los, presos para sempre”, diz a carta

do jornal italiano.

A carta cobra do governo italiano e do Parlamento “que se mexam no plano internacional, inclusive no Parlamento Europeu, para impedir a extradição de Julian Assange e encerrar definitivamente o caso.”

“O silêncio das instituições italianas sobre este caso é impressionante. Enquanto os apelos da sociedade civil se multiplicam, a monstruosa injustiça contra um inocente e a destruição da liberdade de imprensa são fatos que não parecem preocupar a República Italiana e suas instituições”.

“Seu único crime? Ter revelado a verdade”. Ele e seus colegas do WikiLeaks “publicaram documentos secretos do governo dos EUA que revelaram crimes de guerra e tortura, do Afeganistão ao Iraque e Guantánamo”, sublinha a carta de Il Fatto.

“Centenas de legisladores de grandes democracias, como Inglaterra, Alemanha, Brasil e Estados Unidos, pediram ao governo Biden que encerrasse o caso. A iniciativa mais recente data de 11 de abril: os congressistas norte-americanos Rashida Tlaib, Alexandria Ocasio-Cortez, Jamaal Bowman, Cori Bush, Greg Casar, Ilhan Omar e Ayanna Pressley entraram em ação”, destaca o diário italiano.

### LIBERDADE PARA ASSANGE!

No mesmo dia, no Brasil, mais de 2 mil acadêmicos, líderes políticos, empresários e sindicatos enviaram uma carta ao presidente Lula pedindo-lhe que concedesse asilo político ao jornalista australiano. Há pouco mais de uma semana, o presidente Lula defendeu em sua viagem a Europa, enfaticamente, a liberdade para Assange.

Outros líderes mundiais também já se manifestaram contra a extradição de Assange e por sua libertação. Como o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, a vice-presidente da Argentina Cristina Kirchner e o primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese.

No mesmo sentido, se expressaram artistas e intelectuais como Roger Waters, Lady Gaga, Brian Eno, Oliver Stone, Noam Chomsky, John Pilger e Yannis Varoufakis. Também entidades como Anistia Internacional, Repórteres Sem Fronteiras e Comitê de Proteção aos Jornalistas, além de relatores especiais da ONU sobre Tortura e sobre Detenções Ilegais.

Diretores de alguns dos principais jornais do mundo – e que inclusive também divulgaram em 2010 os documentos apreendidos pelo Wikileaks –, como The New York Times (EUA), The Guardian (Inglaterra), Le Monde (França), Der Spiegel (Alemanha) e El País (Espanha), enviaram carta ao governo dos Estados Unidos em que pedem o fim da perseguição a Assange porque “publicar não é crime”.



O Papa esteve com os dois filhos, a mãe e o irmão de Julian Assange antes da audiência com Stella

# A vitória do Dois de Julho, as guerras de independência do Brasil e os “vira-latas”

Os “complexados”, como os descreve Lula, não enxergam o povo em nenhum episódio da história do Brasil. Para eles, tudo foi resolvido em “conchavos das elites” e só “é bom o que vem de fora”

SÉRGIO CRUZ

Existem alguns “analistas” que teimam em afirmar que a independência do Brasil foi fruto de acordos de elites, sem a participação do povo. Aliás, não só a independência, eles acham isso sobre quase tudo o que ocorreu na história brasileira.

Segundo esses pseudo-letrados, o povo sempre foi aliado de todas as grandes decisões no país. “Tudo foi resolvido por cima, em acordos espúrios da elite”, dizem. Eles não viram a participação do povo em nada.

## MENTES COLONIZADAS

O Dois de Julho, da Bahia, bem como todas as lutas anteriores dos brasileiros pela liberdade e a independência, são fatos que põem por terra todas essas avaliações distorcidas sobre a realidade brasileira. São avaliações típicas de mentes colonizadas e possuidoras do que o presidente Lula costuma chamar de “complexo de vira-lata”. Para eles, tudo que é feito no Brasil e por brasileiros não presta. Só o que vem de fora é que é bom. Só lá tem herói. Aqui é tudo resolvido no “cambalacho das elites”.

Ao contrário de tudo isso, não só antes, mas durante e após a conquista da independência, o povo brasileiro foi decisivo em todas as fases da expulsão dos portugueses e na obtenção da liberdade política. Só esses “analistas” é que não viram. Eles, na verdade, não enxergam um dedo à frente de seus empinados narizes.

Em Minas, um ano antes do 7 de Setembro, por exemplo, o povo saiu às ruas depois de eleger um governo provisório e, em passeata, a multidão se dirigiu ao terreno onde Tiradentes havia morado para derrubar o “padrão de infâmia”, mandado erguer ali pelos portugueses, quando da repressão aos inconformes. Era muita gente festejando esse momento em que os colonizadores e exploradores começavam a ser enxotados do país.

A guerra da Bahia, região que junto com Minas e Pernambuco já havia se levantado contra os portugueses, foi encarniçada e envolveu praticamente toda a população local. Ali foi onde os portugueses se acantonaram para tentar retomar o poder no Brasil, depois da derrota do 7 de Setembro.

Muita gente do povo morreu nesta guerra de libertação do país. As Cortes de Lisboa tencionavam dividir o Brasil e cobrar lealdade das regiões contra a administração criada no Rio de Janeiro após a conquista da independência. A Guerra de Independência na Bahia, na verdade, começou dois meses e meio antes do Grito do Ipiranga. Ali havia uma disputa entre apoiadores de Portugal e brasileiros que queriam a liberdade.

## RECOLONIZAÇÃO DO BRASIL

Por meio de decretos, com o intuito de desarticular qualquer iniciativa de implantação de um poder executivo no Brasil, já em setembro de 1821, o governo português alterou o comando militar do Brasil subordinando-o a Lisboa. Além disso, eles determinaram o retorno imediato do príncipe D. Pedro para Portugal.

Nesta ocasião, a população do Rio de Janeiro se rebelou e uma multidão, munida de paus e pedras, cercou as tropas portuguesas que tentavam obrigar a partida do monarca. Durante estes conflitos, se colocou ao lado do povo, do príncipe-regente e dos interesses libertários do Brasil, contra a tentativa das Cortes de Lisboa de recolonização do Brasil, o então major Luís Alves de Lima e Silva.

Salvador, assim como outras regiões brasileiras, havia apoiado a Revolução liberal do Porto, de 1820, e a convocação das Cortes Gerais em Lisboa. Em janeiro do ano seguinte, enviou deputados como Miguel Calmon du Pin e Almeida na defesa dos interesses locais. Dividiu-se a cidade em vários partidos, o liberal unindo portugueses e brasileiros, interessados em manter a condição conquistada com a vinda da Corte para o país, de Reino Unido, e os lusitanos interessados na volta ao estado de antes.

De um lado, os portugueses estavam trabalhando intensamente para manter o Brasil como colônia, e, de outro, estavam os brasileiros, liberais, conservadores, republicanos e até monarquistas, todos unidos no interesse comum de lutar pela independência. A guerra na Bahia, como já vimos, se iniciou antes do 7 de Setembro e prosseguiu depois para enfrentar a resistência dos portugueses.

Ainda em 18 de fevereiro de 1822, já havia ocorrido um confronto encarniçado entre adeptos de Portugal e defensores da independência na Bahia. Após a vitória de um governador pró-Portugal, as tropas portuguesas tomaram um quartel em Salvador. Os marinheiros portugueses festejaram a vitória, atacando casas, pessoas e invadindo o Convento da Lapa onde haviam se refugiado alguns brasileiros. No local houve o cruel assassinato de Joana Angélica. Os brasileiros reagiram com muita indignação contra esse crime covarde.

## BATALHA DE PIRAJÁ

Em 8 de novembro de 1822, registrou-se a principal batalha da Guerra da Bahia, conhecida como a Batalha de Pirajá. Os brasileiros em luta receberam o reforço do general Pedro Labatut, militar francês contratado por D. Pedro I para lutar em favor da independência do Brasil. A Brigada do Major José de Barros Falcão de Lacerda, composta por 1.300 soldados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que havia repellido três ataques portugueses, ocasionando 80 mortes e deixando outros 80 feridos, vinha mantendo os portugueses cercados.

Em abril de 1823, chegou em Salvador a esquadra real comandada pelo Almirante inglês Thomas Cochrane, bloqueando o porto. Durante a Batalha de Pirajá ocorre um episódio que influiu no resultado da batalha. O Major José de Barros Falcão, no comando de posição-chave, decide mandar tocar a retirada, mas o corneteiro Luís Lopes fez o oposto: deu o toque primeiro de avançar cavalaria e, em seguida, o degola: os inimigos, acreditando na chegada de reforços, saíram em debandada e os brasileiros foram vitoriosos na pugna.

Cercados em Salvador, sem abastecimento de gêneros ali-



mentícios e impossibilitados de receber reforços, os portugueses se retiraram na madrugada do dia 1 para o dia 2 de julho depois de saquear tudo o que podiam. Em 2 de julho de 1823, os brasileiros entraram triunfantes na cidade. Durante o movimento, que se estendeu por um ano e quatro meses, houve aproximadamente 150 mortes no lado brasileiro. Esta data é comemorada até hoje na Bahia como a vitória na Guerra da Independência do Brasil.

Muitas pessoas se destacaram durante a Guerra da Independência do Brasil. Entre estas pessoas do povo que lutaram, destacou-se Maria Quitéria, uma mulher de Feira de Santana que não descansou enquanto não foi aceita no Exército. Ela disfarçou-se com as roupas do cunhado e então tentou a sorte como voluntária do Regimento de Artilharia utilizando o nome de soldado Medeiros.

Ela conseguiu adentrar ao grupamento e neste grupo militar, Maria Quitéria foi combatente entre o final de 1822 até julho de 1823. Maria Quitéria foi considerada a mais importante guerreira do conflito contra Portugal. Para conseguir se alistar entre os voluntários na guerra, ela pediu o consentimento do pai. Porém, teve uma negativa como resposta.

## EXPULSÃO DOS HOLANDESES

Esses “analistas” da história do Brasil nunca viram nada, nunca viram a luta do povo em nenhum destes episódios. Tudo, segundo eles, era dado de bandeja pela elite conservadora e manipuladora. Não viram povo na Bahia e nem em lugar algum. Eles estão muito distantes da realidade concreta. Não viram, por exemplo, a determinação dos brasileiros em expulsar os holandeses quando os portugueses se mostraram incapazes de fazê-lo, no século XVII.

Não enxergaram povo na luta revolucionária para expulsar os invasores. Esta foi a luta onde surgiu o primeiro manifesto falando sobre a “liberdade da nação”.

Os vira-latas não entenderam até hoje que houve ali uma luta profundamente popular que uniu três representantes e líderes das raças formadoras, até então, da nação brasileira. O índio Felipe Camarão, o negro Henrique Dias e o branco João Fernandes Vieira. A

revelia dos portugueses, eles venceram, em 1654, a Batalha dos Guararapes e expulsaram os holandeses. É desta batalha heroica, marcante na trajetória do país, que surgiu o Exército Brasileiro.

Também não viram a luta de Zumbi dos Palmares contra a escravidão. Não viu que ele sacava os escravos do cativo e libertava-os através da luta nos quilombos. Eles não viram a batalha hercúlea de Luiz Gama, que não só defendeu os escravos em tribunais, denunciando os crimes de um regime apodrecido e venal, como liderou a luta pela abolição e a implantação da República no Brasil.

A República, então, nem se fala. Para eles, não passou de um golpe, sendo que alguns chegam a chamá-la de uma mera “quartelada”. Toda a vigorosa luta dos republicanos e abolicionistas durante décadas, que empolgou o Brasil, não valeu de nada. “Foi só um golpe das elites, sem povo”, sentenciam os sociológicos de araque.

Esses “acadêmicos” colonizados só conseguiram enxergar, e mesmo de forma bastante superficial, as decisões finais, tomadas como desfechos das lutas. Decisões essas que foram tomadas obviamente por governos e autoridades, como foi, por exemplo, o caso da Princesa Isabel no fim da escravidão. É óbvio que ela só tomou a decisão de libertar os escravos quando a escravidão já era insustentável, fruto de toda a luta e do acúmulo anterior conquistado pelos abolicionistas. Só não vê isso, quem não entende nada de política.

## INCONFIDÊNCIA MINEIRA

O que essa gente fala sobre a Inconfidência Mineira vai também nesta mesma direção. “Não tinha povo. Era só elite”, garantem os “iluminados”. Para eles a luta que uniu toda a intelectualidade, os militares, os estudantes, os comerciantes e a população mineira e carioca, regiões centrais do país naquela época, e que gerou um programa de libertação nacional e o principal herói do país, não tinha povo por trás. Era só um “movimento feito pelas elites”, dizem.

Não só esses movimentos envolveram intensamente as populações existentes em cada uma dessas épocas, como eles criaram uma linha de continuidade no tempo. E assim, com o registro correto desses

acontecimentos, e o sentimento que o povo tem sobre eles, vem se formando a nação brasileira e parte da cultura nacional.

Muitas décadas se passaram desde os Guararapes. Mas os inconformados se espelharam no exemplo da luta conduzida pelos “nacionais” daquela época que, à revelia de Portugal, expulsaram os invasores holandeses. Diante do agravamento da crise da dominação portuguesa e também diante da proibição, pela Coroa, da existência de qualquer atividade econômica na colônia, os mineiros se espelharam no exemplo de seus ancestrais e foram à luta.

Com a iminente decretação de uma derrama sobre a sofrida população brasileira, os revoltosos organizaram um levante para libertar o Brasil. O episódio, cheio de heroísmo, arregimentou não só o povo, mas, literalmente, todo o país.

## PROGRAMA LIBERTADOR

O suboficial Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um líder popular, vindo das camadas inferiores da sociedade, foi o condutor deste movimento. Deu a vida por ele. Diante da crise de dominação que se abriu com a decisão retrógrada, tomada pela Coroa em 1785, de reprimir toda e qualquer produção de tecidos ou de outros utensílios no Brasil, este alferes da cavalaria de Minas e seus camaradas elaboraram um programa extremamente avançado para o seu tempo: Independência, República, Ensino público, Criação de uma Universidade, Indústria e Mudança da Capital.

Por pouco não foram vitoriosos. Não fosse uma traição rasteira e abjeta, e eles teriam mandado Portugal às favas. Também aí, os nossos “analistas” não viram o povo. Mas, desde a abertura da crise de dominação, iniciada em 1785 – que levou à inconfidência – e a decretação da Independência em 1822, houve muitas guerras e muita gente lutou dando a própria vida pela liberdade.

A Revolta dos Alfaiates, ou Conjuração Baiana, em 1798, por exemplo, mostrou que a luta pela independência não era restrita ao Rio de Janeiro e a Minas Gerais. O movimento popular baiano tinha como objetivos a independência, a instauração de uma República, o fim da escravidão e a igualdade entre a população. Uma



Monumento a Maria Quitéria, heroína da Guerra de Libertação (reprodução)

revolta popular que também acumulou forças.

Nem mesmo a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, em 1808, conseguiu arrefecer a luta dos brasileiros por sua liberdade. Aliás, só fez intensificá-la. O Rio de Janeiro ficou em pé de guerra e não cansou enquanto não conquistou a independência.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi mais uma guerra do povo pela liberdade. Os revoltosos, liderados por Domingos José Martins, José de Barros Lima e Antônio Carlos Andrada, planejaram a revolução que se iniciou com a ocupação de Recife e a prisão do governador do Estado de Pernambuco – Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Foi implantado um governo provisório, cujas principais medidas foram a libertação de presos políticos, a redução de impostos e a liberdade de imprensa.

As batalhas que se travaram no Brasil foram, de uma forma ou de outra, enfraquecendo o poder da Coroa. Mesmo as batalhas que foram derrotadas militarmente, como a inconfidência, a conjuração baiana e a revolução Pernambucana, acabaram enfraquecendo o domínio português. Sua truculência foi gerando no povo um ódio crescente à exploração.

## MULTIDÕES CONTRA A RECOLONIZAÇÃO

A luta se intensificou quando os portugueses, depois de conquistarem um regime constitucional, com a Revolução do Porto de 1820, tentaram recolonizar o Brasil, que já havia sido elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Essas também foram lutas intensas e com grande participação popular. Foram milhares de brasileiros que assinaram a petição para que o imperador não se submetesse às ordens de retornar a Portugal, medida que daria força à intenção recolonizadora dos portugueses. Multidões foram às ruas comemorar a vitória.

Os irmãos Andrada tiveram um papel decisivo nesta fase da luta. Antônio Carlos já tinha sido preso ao liderar a revolta de 1817 em Pernambuco. Martim Francisco se ombrou com José Bonifácio na resistência contra os planos malévolos dos deputados das cortes portuguesas.

José Bonifácio, um cientista renomado, republicano e abolicionista, que passara boa parte da vida em Portugal, ao retornar ao Brasil, imediatamente se incorporou à luta, cumprindo nela um papel decisivo. Não foi por acaso o título de Patriarca da Independência. Foi dele a carta endereçada a D. Pedro I avisando-o de que o Brasil estava determinado a ser livre, com o príncipe ou sem ele.

A trajetória de José Bonifácio é também bastante interessante. Ainda jovem, ele havia participado, em 1876, de uma reunião clandestina de estudantes brasileiros em Coimbra, onde morava e estudava. Esta reunião fazia parte da luta dos inconformados. Ela foi montada a pedido dos revoltosos que preparavam o movimento no Brasil.

Continua no site